

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica

**TRAUMA, DOMÍNIO E PASSIVIDADE NOS
ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

André Luiz Alexandre do Vale

2014



UFRJ

**TRAUMA, DOMÍNIO E PASSIVIDADE NOS
ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

André Luiz Alexandre do Vale

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Rio de Janeiro

Fevereiro/2014

**TRAUMA, DOMÍNIO E PASSIVIDADE NOS
ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

André Luiz Alexandre do Vale

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

Prof.^a. Dr.^a. Marta Rezende Cardoso

Prof. Dr.^a. Fernanda Pacheco-Ferreira

Prof. Dr.^a. Silvia Maria Abu-Jamra Zornig

Rio de Janeiro
Fevereiro/2014

Vale, André Luiz Alexandre do

Trauma, domínio e passividade nos atos de violência sexual.

Vale, André Luiz Alexandre do. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2014

88 f.; 29,7 cm

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/IP/Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2014.

Referências Bibliográficas: f. 82-88.

1. Violência sexual 2. Domínio 3. Passividade 4. Psicanálise 5. Dissertação (Mestrado). I. Cardoso, Marta Rezende. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Psicologia / Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título

Dedicatória

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem
parte deste meu caminho de formação.

Agradecimentos

Aos meus pais, minha avó e meus irmãos, minhas primeiras inspirações, pilares do que estou me tornando;

Aos meus amigos queridos, antigos, novos e de sempre, minha família de coração, pelo amor incondicional;

À Marta Rezende Cardoso, pela dedicação incansável, pelos puxões de orelha, pelas palavras de encorajamento e pelos anos que virão;

Aos meus colegas de equipe, que partilham comigo essa trabalhosa, mas também prazerosa, jornada;

Aos professores do PPGTP, pelas trocas e compartilhamentos nesta busca interminável;

Aos companheiros de trabalho da SBPRJ e da Associação Centro Cultural Roda Viva, pelo conhecimento adquirido que não se mede em palavras;

À Ruth Naidin, pelo acolhimento necessário e impulsões imprescindíveis;

Ao Pedro Henrique Bernardes Rondon, pela atenciosa e inacreditavelmente eficiente leitura e revisão deste texto;

Ao CNPq e à FAPERJ, pelo financiamento de minha pesquisa.

Resumo

TRAUMA, DOMÍNIO E PASSIVIDADE NOS ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

André Luiz Alexandre do Vale

Orientadora: Marta Rezende Cardoso

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Investigamos, a partir do referencial da Psicanálise, o que estaria no arcabouço do funcionamento psíquico dos mecanismos envolvidos nos atos de violência sexual. Analisamos a base traumática que se apresenta nestes atos, desenvolvendo a concepção de como a agressão sexual constitui um mecanismo defensivo, de caráter radical, para conter o transbordamento pulsional no espaço egoico. Estabelecemos as especificidades desses atos no campo das patologias do agir, analisando a questão das falhas da constituição narcísica do sujeito, aspecto subjacente a esta modalidade de passagem ao ato. Diante da impossibilidade do ego de lidar com o irrepresentável, a realidade externa é utilizada como lugar de regulação do funcionamento psíquico. Nos atos de agressão sexual, a vítima pode ser compreendida como objeto externo cuja função seria estancar uma angústia de aniquilamento e de morte psíquica.

Frente à excitação desorganizadora interna, um dos destinos possíveis do psiquismo é a sua descarga via passagem ao ato. Ao violentar sexualmente o objeto externo, o sujeito exerce poder absoluto sobre ele, o que corresponde, no plano intrapsíquico, a uma tentativa extrema de dominação da excitação interna. Através da noção de domínio chegamos à idéia de reversão da passividade em atividade frente ao irrepresentável. O mecanismo arcaico da inversão no oposto assume caráter prevalente

nas situações clínicas que analisamos cuja marca essencial seria o terror de passividade. De acordo com esta perspectiva, os atos de violência sexual seriam acionados por defesas arcaicas, imediatistas, contra a reatualização de um insuportável vivido de passividade interna.

Palavras-chave: Violência sexual – Domínio – Passividade – Psicanálise –
Dissertação (Mestrado)

Rio de Janeiro
Fevereiro/2014

Abstract

TRAUMA, DOMINATION AND PASSIVITY IN THE ACTS OF SEXUAL VIOLENCE

André Luiz Alexandre do Vale

Tutor: Marta Rezende Cardoso

Abstract of the Dissertation presented to the Post-Graduation Programme of Psychoanalytic Theory, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, as a part of the requisite for obtaining the Master's Degree in Psychoanalytic Theory.

We investigate, from a psychoanalytic approach, what would be in the framework of psychic functioning of the mechanisms involved in the acts of sexual violence. We have analyzed the traumatic background that is present in these acts, developing the conception of how the sexual assault is a defensive mechanism of radical character, to contain the drive overflow in the ego space. We established the specifics of these acts in the field of the pathology of the act, analyzing the issue of the faults in the narcissistic constitution of the subject underlying this mode of passage to the act. Given the inability of the ego to deal with the unrepresentable, external reality is used as a place for the regulation of the psychic functioning. In acts of sexual assault the victim can be understood as an external object whose function would be to halt the anxiety of annihilation and psychic death.

Facing the internal disorganizing excitation, one of the possible destinations of the psyche is the discharge of these excitations through a passage to the act. When sexually assaulting the external object, the subject exercises absolute power over it, which, in the intrapsychic level, corresponds to the extreme attempt of domination of the internal excitation. Through the notion of domination we came to the idea of reversal of passivity into activity in the face of the unrepresentable. The archaic

mechanism of inversion in the opposite takes a prevalent character in the clinical situations that we analyze whose essential brand would be the horror of passivity. According to this perspective, the acts of sexual violence are triggered by archaic defenses against the revival of an unbearable experience of internal passivity.

Keywords: Sexual violence – Domination – Passivity – Psychoanalysis – Dissertation (Master's Grade).

Rio de Janeiro
February/2014

Sumário

Introdução	p. 13
Capítulo I – O traumático na base dos atos de violência sexual.....	p. 18
I.1 – A etiologia traumática das patologias do agir	p. 20
I.2 – A dimensão compulsiva da passagem ao ato	p. 26
I.3 – O ato de violência sexual	p. 30
Capítulo II – A relação de domínio nos atos de violência sexual	p. 39
II.1 – A relação de domínio	p. 40
II.2 – A dimensão perverso-narcísica	p. 44
II.3 – Onipotência e dependência	p. 47
II.4 – A passividade na relação objetal primária	p. 51
Capítulo III – O terror de passividade nos atos de violência sexual	p. 58
III.1 – As desmesuras da sedução	p. 58
III.2 – A construção da cena de violência	p. 63
III.3 – O temor de passividade diante do outro	p. 68
III.4 – Penetrar para não ser penetrado	p. 74
Considerações Finais.....	p. 78
Referências.....	p. 82

Le désordre engendré par le crime sexuel va bien au-delà ou en deçà des dégâts sociaux. Ce qui est en cause, c'est le désordre interne, c'est la déliaison interne propre à une sexualité infantile non liée (...).

J. Laplanche (2007, p. 150)

INTRODUÇÃO

O horror provocado em nós pelos atos de violência sexual tende a desviar nosso olhar para longe. A hediondez e selvageria desses crimes acabam por estigmatizar aquele que os comete como um monstro, como uma criatura não humana. Entretanto, quando somos confrontados, em nossa prática clínica, a casos cuja problemática gira em torno desse tema, somos convocados a pensar, a encarar o horror para poder metabolizá-lo e não ficar nele aprisionados.

Logo no início do meu processo de formação acadêmica, enquanto era estagiário de Iniciação Científica na Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ, deparei-me com casos de difícil manejo clínico, marcados pela problemática da violência sexual – seja sofrida, seja cometida. Casos que me inquietaram – inquietam até hoje – e suscitaram não só meu olhar, mas também minha escuta clínica e necessidade de pesquisa teórica.

A dificuldade do manejo transferencial e contratransferencial destes casos me fez buscar na teoria psicanalítica elementos nos quais me arvorar, para sustentar a prática clínica que se apresentava já inicialmente tão complexa. Ao me deter especificamente no estudo da problemática dos atos de violência sexual, deparei-me constantemente com artigos cujo objetivo era identificar e compreender os nefastos efeitos psíquicos desses atos em suas vítimas. Entretanto, no que dizia respeito ao que estaria nos fundamentos da dinâmica psíquica subjacente a essas passagens ao ato de caráter violento e sexual, aparecia, na maioria das vezes, uma compreensão limitada.

Outro fato evidenciou a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e rigorosa do que está em questão nesses atos, para não incorrerem em um reducionismo prejudicial que nos impediria de ver além do horror. No decorrer da escrita desta dissertação, em especial no primeiro semestre de 2013, uma série de casos de violência sexual ganhou grande destaque na mídia impressa e televisiva no Rio de Janeiro, repercutindo nacional e mesmo internacionalmente, e chamando atenção para a relevância de nossa problemática de estudo.

O primeiro caso que chamou a atenção da imprensa, e foi o estopim para que o assunto ganhasse visibilidade – ainda que de forma efêmera –, foi o estupro de uma turista norte-americana de 21 anos em março. A jovem foi violentada repetidas vezes dentro de uma van de transporte público, por diferentes homens, diante de seu

namorado algemado¹. A notícia foi destaque onipresente nos jornais e telejornais nacionais, repercutindo na imprensa internacional, onde se levantaram questões quanto à segurança pública no Rio de Janeiro.

Depois do horror deste caso, outros começaram a aparecer cotidianamente nos grandes noticiários nacionais – a violência sexual passara a ser pauta de capa. Poucos dias depois, outro crime chocou a todos: um adolescente de 16 anos entrou armado em um ônibus na Avenida Brasil, principal via expressa da cidade, e anunciou um assalto; após cometer o roubo, escolheu uma mulher de cerca de 30 anos, separou-a dos outros passageiros e a estuprou diante de todos, fugindo em seguida². Na época, a idade do adolescente foi o motivo de destaque na imprensa, (res)suscitando a discussão acerca da redução da maioridade penal e de uma maior severidade na punição de crimes cometidos por menores de 18 anos.

Inúmeros outros casos poderiam ser citados aqui para evidenciar a relevância da discussão acadêmica sobre a complexa problemática na qual estamos nos embrenhando. Como aponta W. Castilhos (2013), estes recentes casos só trouxeram ao conhecimento público a realidade de um fenômeno insidioso, que vinha crescendo constantemente nos últimos anos, mas de forma silenciosa – fato que não deve ser negligenciado, mas encarado de forma séria, e não somente quando casos horríveis como esses aparecem no noticiário.

De acordo com dados do “Dossiê Mulher 2013”, documento do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, foram reportados 6.029 casos de estupro em 2012 no território fluminense – o que significa um aumento de 24% em relação a 2011, quando tinham sido reportados 4.917 casos –, totalizando uma média impressionante e assustadora de 17 casos por dia. Somente nos três primeiros meses de 2013, já tinham sido relatados cerca de 1.500 casos. E isto sem contar as ocorrências que não chegam ao conhecimento das autoridades competentes devido à subnotificação, de modo a se acreditar que este número seja ainda bem maior do que os denunciados.

Estes dados panorâmicos apontam para o crescimento alarmante de uma problemática que permanece sendo pouco discutida no âmbito acadêmico, e muito menos fora dele. Neste sentido, ao propormos uma tentativa de circunscrição teórico-clínica, a partir de um referencial psicanalítico, do que estaria na base do funcionamento

¹ Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/estupro-e-roubo-em-van-chocam-ate-mesmo-policiais-experientes-no-rio.html>>. Acesso em 27/12/2013.

² Notícia disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/fotos/onda-de-estupros-em-transportes-coletivos-aterroriza-mulheres-no-rio-de-janeiro-06052013#!/foto/1>>. Acesso em 27/12/2013.

psíquico envolvido nos atos de violência sexual, estamos ampliando a discussão, conferindo a ela alguns subsídios importantes para não restringir a problemática ao que pensa o senso comum.

Ao nos debruçarmos mais detidamente sobre esta problemática, nos deparamos com um complexo campo de estudo, o dos “crimes sexuais”, o qual se encontra no entrecruzamento de diferentes áreas das ciências humanas, sociais, jurídico-penais e médico-biológicas. Tais áreas justapõem-se na investigação do campo de estudo sem, contudo, perderem sua especificidade.

A título de introdução, cabe aqui um breve apanhado geral acerca das categorias jurídico-penais concernentes aos crimes sexuais, para nos auxiliar a circunscrever nosso campo de estudo. Cabe ressaltar que não é, sobremaneira, nossa pretensão nem interesse fazer uma análise jurídico-penal dos crimes sexuais, mas sim utilizarmo-nos das definições propostas na letra da Lei para pensar as implicações que tais tipificações representam, em especial no que diz respeito a esses crimes.

A legislação brasileira define tais crimes no Título VI do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), desde 2009 intitulado “Dos crimes contra a dignidade sexual”. Neste Título, estão reunidos os capítulos referentes aos “crimes contra a liberdade sexual” (capítulo I), “crimes contra vulnerável” (capítulo II), “lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual” (capítulo V) e “ultraje público ao pudor” (capítulo VI). Cada um destes capítulos possui um bem jurídico específico cuja tutela e tipicidade são delimitadas pelo esforço de especificidade de suas descrições.

O Título VI denomina-se “Dos crimes contra a dignidade sexual”, e a primeira inquietação que se apresenta refere-se ao que estaria sendo chamado de “dignidade sexual”. De acordo com Estefam (2009), a dignidade sexual está em consonância com a Constituição Federal, representando uma faceta do que nela se define como “dignidade da pessoa humana”. Neste sentido, a “dignidade sexual” versa sobre a proteção da respeitabilidade do ser humano no que diz respeito à integridade, autonomia e liberdade de escolha de parceiros e da relação sexual, bem como a livre disposição do próprio corpo no aspecto sexual, a salvo de exploração, especialmente quando envolver formas de violência (física, psicológica e/ou de qualquer outro tipo).

O primeiro capítulo do referido Título, nomeado de “Dos crimes contra a liberdade sexual”, tem como base da proteção penal a *autodeterminação sexual das pessoas*, o que implica afirmar que são incriminados todos e quaisquer atos sexuais

realizados sem o indispensável *consentimento* de uma das partes, mediante violência, grave ameaça ou fraude. São três as infrações penais que compõem o capítulo: o estupro (art. 213), a violação sexual mediante fraude (art. 215) e o assédio sexual (art. 216-A).

Nosso interesse em especial repousa no ato de *estupro*, o qual é tipificado no artigo 213 do referido Título como o ato de “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Estão aí incluídos a cópula (a inserção do pênis na cavidade vaginal), a masturbação, o coito anal e a felação, bem como a introdução de objetos por tais vias e o toque ou beijo nas partes genitais.

Para que o constrangimento se qualifique, é necessária a resistência séria e inequívoca por parte da vítima, para tal bastando a manifestação da discordância quanto ao ato. A pena referente a ele é agravada se da conduta resulta lesão corporal grave, se a vítima for menor de 18 ou maior de 14 anos ou se resulta em morte. É um “crime comum”, no sentido de que pode ser praticado ou sofrido por qualquer pessoa de qualquer sexo (entre dois homens, entre duas mulheres, entre pessoas de sexos opostos). Apesar disso, é inegável a maioria pungente de homens que praticam tal crime – questão que nos preocupa e sobre a qual desenvolveremos nossas reflexões.

Tais categorias jurídico-penais concernentes aos crimes sexuais nos auxiliam a ressaltar alguns pontos que merecem ser levados em consideração daqui em diante. O principal deles é como a letra da Lei preconiza o livre consentimento do ato sexual, de forma que o crime se define a partir do momento em que tal consentimento é sobrepujado pelo constrangimento violento de outrem – ponto que será trabalhado exaustivamente no decorrer desta dissertação.

Uma vez tendo posto estas considerações iniciais contextualizando nossa problemática de estudo, cabe precisar agora que teremos como objetivo principal desta dissertação investigar metapsicologicamente o que estaria no arcabouço do funcionamento psíquico dos mecanismos envolvidos nos atos de violência sexual.

Como etapa inicial de nossa investigação, analisaremos a *base traumática* que se apresenta nesses atos. Investigaremos, em primeiro lugar, como a questão do trauma aparece na teoria freudiana – desde seu momento inaugural até as contribuições pós-1920 –, e se articula com a problemática das patologias do agir. Desenvolveremos a concepção de como as respostas atuadas via corpo – em especial, sobre o corpo do outro num ato de agressão sexual – se dão como mecanismo defensivo egoico, precário e

radical, na tentativa de salvaguarda psíquica diante do excesso veiculado pelo traumático.

Frente a tal excitação desorganizadora interna, o destino possível que parece restar ao psiquismo é a sua expulsão em forma de ato sobre um objeto externo, sobre o qual o sujeito vai tentar exercer o domínio que não pôde exercer sobre suas excitações internas. Ao seguirmos esta via de análise, encontramos na noção de *relação de domínio* o segundo eixo principal de nossa pesquisa.

A noção de domínio traz em si a dimensão de dominar o objeto externo pela força e, subjacente a esta, a de dominação da invasão interna da força pulsional. Esta noção nos auxiliará a pensar como é que, no intuito de reverter em atividade a passividade frente ao excesso irrepresentável do outro interno, o sujeito busca o domínio sobre o objeto externo. O mecanismo arcaico da inversão no oposto assumirá, desta forma, caráter prevalente em nossa argumentação.

No terceiro eixo de nossa pesquisa, a noção de *terror de passividade* assumirá a frente de nossa investigação. A relação dos atos sexuais violentos com a passividade – e o terror que ela veicula para determinados homens – configurar-se-á como ponto de chegada de nosso percurso. Buscaremos afirmar de que forma os atos de violência sexual podem se configurar como formações defensivas arcaicas contra a constante reatualização da passividade, tendo por função revertê-la em atividade através do domínio sexual e violento sobre o objeto externo.

CAPÍTULO I

O traumático na base dos atos de violência sexual

A problemática da violência imiscuiu-se irrevogavelmente em nossos laços sociais, marcando de maneira indelével as relações pessoais, familiares, profissionais e políticas – tal é o marco zero do reconhecimento da disseminação do registro da violência em nossas experiências cotidianas, tão tematizado por diversos pensadores do contemporâneo. Inserido neste grupo de pensadores, J. Birman (2009) vai defender que, como objeto de pesquisa complexamente multifacetado, a violência deve ser encarada a partir de diferentes perspectivas, que abrangem da psicanálise à sociologia, passando pela filosofia, pela antropologia e pela ciência política, as quais não se pretendem necessariamente excludentes.

O autor sustenta que, devido ao caráter complexo que a violência enverga, sua abordagem a partir da leitura centrada em uma única disciplina é, para dizer o mínimo, problemática. Corre-se o risco de, com isso, cair em um reducionismo prejudicial, ao se tentar impor a hegemonia teórica de uma disciplina sobre as outras – fato que vem sendo progressivamente superado na atualidade, apesar de encontrarmos alguns importantes resquícios em produções acerca do tema.

Diante do reconhecimento da complexidade do objeto de pesquisa e da necessária interdisciplinaridade que ele exige, a questão que nos é colocada é *como* a psicanálise poderia contribuir, com seu referencial teórico-clínico específico, para a discussão acerca da problemática da violência, sem, é claro, incorrer no risco de cair em um “imperialismo discursivo”. Nosso interesse é trabalhar a violência no campo estritamente psicanalítico, mas mantendo a interdisciplinaridade como horizonte teórico para a sua interpretação.

No que concerne à inscrição da violência no discurso da psicanálise, podemos afirmar que esta não se deu de forma evidente desde sua fundação, mas encontrou resistências e oposições intensas por parte dos psicanalistas de então. No primeiro quarto do século XX, a investigação psicanalítica acerca da violência e das passagens ao ato esbarrava no fato de que a comunidade analítica da época tratava *linguagem* e *ação* como territórios estrangeiros, impossíveis de serem aproximados. A entrada dos sujeitos

violentos no campo teórico e clínico da psicanálise era vedada, uma vez que a problemática da *passagem ao ato* era diametralmente oposta ao campo do *discurso*.

Alguns psicanalistas contemporâneos de Freud acabaram sofrendo os efeitos dessas resistências, mais veladas ou de forma mais explícita, tal como é o caso de A. Aichhorn, K. Abraham, S. Ferenczi e G. Groddeck. Estes autores, em seus trabalhos clínicos, buscavam elucidar a articulação que estaria presente entre os registros da palavra, da ação e do corpo nas experiências subjetivas de seus pacientes. Suas produções teórico-clínicas, apesar de seu pioneirismo em prenunciar as formas do mal-estar contemporâneo, passaram muitos anos relegadas a uma quase ignomínia, só sendo restauradas a um lugar de destaque na tradição psicanalítica muito recentemente.

O que se está tentando afirmar com esta breve retomada histórica dos primórdios da psicanálise é que a articulação entre os registros da palavra, da ação e do corpo, tão cara para nós atualmente, não era evidente e compartilhada no tempo inicial do pensamento psicanalítico. Essa articulação foi sendo progressivamente construída com o passar dos anos e o desenvolvimento do pensamento e da clínica, mas não sem encontrar algumas resistências remanescentes.

Desde há alguns anos, a partir das décadas de 1950 e 1960, a clínica psicanalítica vem se deparando cada vez mais com psiquismos dominados pelo excesso pulsional, de forma que os registros do corpo, do ato e da intensidade aparecem como privilegiados nas narrativas do mal-estar, revelando imenso desenvolvimento do que se convencionou chamar de “*patologias do agir*”. O corpo assume o lugar de descarga do excesso pulsional sob a forma de passagem ao ato, uma vez que tal excesso não pode ser efetivamente dominado pelo psiquismo, em decorrência da fragilidade dos processos de simbolização que cada vez mais se evidenciam (Birman, 2009).

Algo se passa como se o cursor da psicopatologia tivesse se deslocado de um polo predominantemente psíquico para o polo sensório-motor (Ciavaldini, 2006). Tal deslocamento revela o inexorável desmoronamento dos processos de subjetivação em proveito da descarga motora, e indica o quanto os limites da representação e da simbolização encontram-se alterados. Enquanto o registro do ato se alastra, linguagem e pensamento cada vez mais perdem terreno na subjetividade contemporânea, que passa a ser caracterizada pela precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, incerteza e insegurança (Cardoso, 2001).

É neste panorama que se insere nossa pesquisa teórica acerca dos fundamentos psíquicos das passagens ao ato – e mais especificamente das passagens ao ato de caráter

sexual e violento. Neste capítulo procuraremos propor uma reflexão etiológica acerca das patologias do agir, encontrando no conceito de *trauma* um operador indispensável para pensar o que estaria na base do mecanismo da passagem ao ato.

I.1 – A etiologia traumática das patologias do agir

O trauma é um conceito complexo na obra freudiana, o qual, apesar de nunca ter sido definido metapsicologicamente de forma acabada, permeou a teoria do início ao fim. Desde os escritos “pré-psicanalíticos” até o *tournant* de 1920, e posteriormente a ele, a teorização acerca do trauma na obra freudiana fez-se notar e exigiu ser considerada. Numa discussão atual acerca das patologias do agir e da violência sexual, sua apreciação é incontornável.

Já em seus primeiros escritos, o tema da violência sexual aparece no que se refere à etiologia traumática das psiconeuroses. Ao escutar suas pacientes histéricas, Freud percebe que elas acabam por se recordar, no decorrer do tratamento, de experiências sexuais ocorridas muito cedo em suas vidas. Em geral, trata-se de cenas vividas em que a iniciativa cabe ao outro e que podem ir de simples propostas por palavras ou por gestos até o atentado sexual mais ou menos caracterizado – dentre outras possibilidades, abusos que têm lugar isoladamente, repetidas relações sexuais incitadas por um adulto que se ocupa da criança, relações sexuais entre duas crianças, supondo que uma das crianças foi, ela mesma, seduzida anteriormente por um adulto – e que o sujeito sofre passivamente e com pavor. A sexualidade para Freud, aqui, não é um objeto abstrato, mas efetivamente vivenciada prematuramente. Nesta concepção, há uma cena real – traumática e “infantil” – desencadeadora de uma psicose posterior (Dreyfus, 2005; Laplanche & Pontalis, 1982/2001).

É em meados da década de 1890 que Freud apresenta sua primeira teorização acerca do trauma, concebendo-o como um acontecimento externo que se interioriza e fica dissociado da consciência, encapsulado como um “corpo estranho”. Valoriza-se, nesta concepção, a realidade (sexual) do fato desencadeador do trauma. É importante assinalar que o trauma psíquico, nesta teorização, não se referia a um simples acontecimento, mas ao momento em que determinada ideia ficou dissociada do conjunto das outras ideias, comportando-se como “corpo estranho” no psiquismo. Essa dissociação acontecia devido ao valor afetivo de caráter profundamente angustiante da

memória do acontecimento traumático (Breuer & Freud, 1893-1895/1996; Freud, 1896/1996; Lejarraga, 1996; Rudge, 2009; Dreyfus, 2005).

O que se pode constatar é que a teoria da sedução revela uma importância decrescente do registro do atual na etiologia das psiconeuroses em detrimento de uma experiência sexual vivida na infância (Dreyfus, 2005). O final dos anos 1890 é um momento de intensa troca de correspondências de Freud com W. Fliess, nas quais podemos ver o desenvolvimento do pensamento de Freud em direção a certo abandono da etiologia traumática das psiconeuroses. Com o decorrer do tempo, Freud começa a desacreditar na generalização pouco verossímil de uma sedução de suas pacientes histéricas por um pai perverso.

Freud afirma a descrença em sua *neurotica* na famosa carta a Fliess, no ano de 1897 (Freud, 1950[1887-1902]/1996), tendo chegado à conclusão de que as cenas relatadas por suas pacientes eram, em grande parte, uma construção fantasística, expressão de desejos em relação aos pais, primeiros objetos do afeto das crianças. Sendo o trauma fantasiado, a realidade psíquica dessas cenas deveria ser considerada junto com a realidade prática – o que leva ao novo estatuto de verdade que a fantasia adquire, fundamental para toda a conceituação freudiana posterior. Nesta, é impossível dissociar a verdade da ficção investida de afeto; momento em que se percebe uma mudança teórica considerável, posto que são colocadas em primeiro plano as fantasias inconscientes e a vida psíquica.

No entanto, não se trata de substituir sistematicamente a realidade da cena pela realidade da fantasia, uma vez que as cartas a Fliess posteriores ao abandono da *neurotica* continuam a marcar uma busca contínua de Freud por material clínico que confirme a realidade da sedução paterna. E, além disso, a realidade externa é ainda evocada como etiologia das psiconeuroses nos textos publicados até 1905. A partir desta data, apesar de os textos publicados insistirem no abandono da teoria da sedução, isso não exclui a possibilidade de o traumatismo ser real, material. Na verdade, o que Freud promove é que a realidade psíquica e a fantasística adquirem uma importância equivalente àquela da realidade externa (Dreyfus, 2005).

No que concerne à questão colocada entre a prevalência da realidade material sobre a realidade psíquica (e vice-versa) no pensamento freudiano, J. Guillaumin (1982) traz importante contribuição à discussão. Apesar de não nos debruçarmos nela aqui, este autor diz que a explicação de Freud sobre o traumatismo é sempre ambígua, comportando-se de forma oscilatória como uma “plataforma giratória” que ora prioriza

um registro em detrimento do outro, ora o inverso. A questão por trás dessas oscilações teóricas que marcaram o pensamento freudiano é “qual é o limite da realidade psíquica?”. Guillaumin critica uma divisão feita pelos psicanalistas entre dentro e fora – divisão estanque que reflete certa clivagem no próprio pensamento. Ele diz que é preciso pensar na interseção de dois universos, evocando a banda de Moebius, conforme tematizada por Lacan, como imagem para essa condensação que traz em si mesma a oscilação entre o dentro e o fora. Podemos considerar que realidade e fantasia são dois registros absolutamente indissociáveis.

É somente em 1920, depois de um longo hiato temporal, no texto “Além do princípio do prazer”, que Freud formula uma nova teoria do trauma, modificando essa noção e elevando-a novamente a um lugar de destaque em sua obra, depois de tê-la mantido em uma espécie de “período de latência” por quase 20 anos. Desde o “abandono” da *neurotica* até o *tournant* de 1920, a questão do trauma foi se enriquecendo de novos e diferentes fragmentos de conhecimento que emergiram no percurso freudiano, em especial na segunda metade da década de 1910, em que apareceram as problemáticas psíquicas referentes às vivências da I Guerra Mundial.

A observação na clínica da repetição de manifestações que não pareciam acompanhadas de prazer para o sujeito, e sim de sofrimento – como as neuroses traumáticas de guerra, os sintomas que se apresentavam em ex-combatentes, os sonhos traumáticos e as reações terapêuticas negativas – foi o motor para a reformulação que Freud fez em sua metapsicologia a partir de 1920, com a postulação de um segundo dualismo pulsional e de uma segunda tópica do aparelho psíquico (Maia, 2005). M. R. Cardoso (2006) nos alerta, contudo, que essas novas proposições não anulam as anteriores, devido ao fato de que a metapsicologia freudiana se caracteriza por uma reinterrogação de seus próprios fundamentos a partir da apreensão da vida psíquica na clínica.

O trauma está na base da constituição de todo ser humano, funcionando como um motor da vida subjetiva, uma vez que faz o sujeito se organizar e mobilizar defesas, incitando ao trabalho psíquico. Por outro lado, há uma dimensão desestruturante do trauma, à qual Freud dá ênfase em “Além do princípio do prazer” (1920/2010), texto em que discorre sobre os aspectos disruptivos da vida pulsional. Neste texto, o traumatismo torna-se um conceito emblemático das aporias econômicas do aparelho psíquico, cujo motor é a compulsão à repetição (Bokanowski, 2002; 2005).

Em 1920, Freud se detém, dentre outros fenômenos (que apontam para o “estranho”, para aquilo que seria forte o suficiente para sobrepujar o princípio de prazer), nos sonhos traumáticos, percebendo que estes contrariam a sua formulação anterior de que os sonhos seriam a realização de um desejo (Freud, 1900/1996). Isso porque tais sonhos repetem o evento traumático que tomou o sujeito de forma inesperada e produzem uma experiência de angústia, horror e desprazer, contrariando o imperativo e a hegemonia do princípio de prazer. Freud se debruça, então, nos quadros de neurose traumática, tomada como modelo para se pensar o trauma.

Em “Além do princípio do prazer”, Freud propõe uma concepção econômica do trauma, que se instala devido à correlação entre o excesso de excitações que o evento traumático comporta, e a fragilidade egoica do sujeito. A fragilidade das fronteiras egoicas diante do evento traumático nos remete à questão do limite entre a alteridade interna e a alteridade externa: o ego do sujeito traumatizado passa a ser invadido, a partir de dentro, por um pulsional mortífero, que não pode ser efetivamente interiorizado ou recalcado, encontrando-se sob o domínio da pulsão de morte.

É o modelo da vesícula viva, e o do rompimento do para-excitação, que são evocados para delimitar a questão do trauma. Freud compara o aparelho psíquico a uma vesícula viva, de modo que o sistema consciente, camada mais superficial do aparelho, em contato imediato com o mundo externo, é provido de um sistema protetor, que tem como função filtrar as somas de excitações provenientes do mundo exterior, de modo a deixar passar somente quantidades toleráveis de excitação.

Nesta perspectiva, o traumatismo pode ser definido como o arrombamento, numa larga extensão, do para-excitação, de modo que a intensidade das excitações ameaça destruir o aparelho psíquico como um todo, sendo sua tarefa mobilizar as forças disponíveis para o processo de defesa, recriando a barreira que limita o afluxo de excitações e, desse modo, permitindo o restabelecimento das condições de funcionamento do princípio de prazer, posto em xeque pelo excesso do afluxo de excitações, de modo que o aparelho não mais consegue dominá-lo.

Diante da ameaça de irrupção de um excesso pulsional na tópica psíquica e com o fracasso do princípio de prazer, outras formas de ação são requeridas para dominar o excesso. O psiquismo recorre a modalidades de defesa de tipo mais arcaico, o que aponta para um curto-circuito dos processos psíquicos mais elaborados. A repetição atuada de vivências traumáticas surge, então, como tentativa de dominação das

intensidades que inundam o aparelho psíquico e invadem o ego, podendo resultar em uma compulsão, apresentada como exigência interna de agir.

M. Uchitel (2001) nos recorda que o trauma não se *representa*, e sim se *apresenta*, indicando que ele não pode se expressar pela via da palavra. A via da passagem ao ato surge então como defesa radical que visa à descarga do excesso pulsional e por meio da qual o ego, em estado de passividade frente àquilo que não consegue representar, busca recobrar a atividade. Há, nessa modalidade de resposta, a exteriorização de algo que é interno ao sujeito, com o endereçamento do ato ao espaço externo. No entanto, o fato de se buscar uma solução atuada para uma questão psíquica evidencia a precariedade dessas respostas, que só dão um destino à angústia que toma o sujeito de forma momentânea, fazendo com que o ego retorne à situação de passividade ante a pulsão.

Posteriormente ao “Além do princípio do prazer”, Freud irá retornar especificamente ao tema do trauma no texto “Moisés e o monoteísmo” (1939[1934-38]/1996). Ainda que sendo sintético no que tem a dizer sobre o trauma, o texto abre vias de interpretação das mais profícuas, uma vez que realiza uma espécie de conjunção de tudo o que o autor teorizou anteriormente acerca do tema, incorporando ainda as contribuições de outros autores contemporâneos a ele.

Nesse texto, Freud denomina de “trauma” as experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensoriais, principalmente de algo visto e ouvido, experimentadas muito cedo – num período em que a criança ainda está começando a falar – e posteriormente esquecidas, no período de amnésia infantil, interrompido pelas lembranças encobridoras. Segundo ele, os traumas “relacionam-se a impressões de natureza sexual e agressiva, e, indubitavelmente, também a danos precoces ao ego (mortificações narcísicas). (...) O predomínio do fator sexual é, naturalmente, mais marcante e exige consideração teórica” (1939[1934-38]/1996, p. 89). Os fatos de aparecerem precocemente, de serem esquecidos e terem conteúdo sexual-agressivo, estão estreitamente intervenculados na definição etiológica dos traumas.

Freud vai, em seguida, dizer que os efeitos dos traumas são de dois tipos: positivos e negativos. Os primeiros efeitos – positivos, organizadores e subjetivantes – são tentativas de pôr o trauma em movimento uma vez mais, tornando a experiência esquecida real novamente, repetindo-a. Por golpes sucessivos, o traumatismo permitiria “recordar, repetir e perlaborar” aquilo que foi experimentado muito cedo. O trauma, no que tem de positivo, afeta as estruturas vigentes, podendo provocar desdobramentos de

sentidos e significações para o indivíduo. Ele provoca a narrativa, uma vez que desestabiliza momentaneamente as construções psíquicas operantes. Ao insistir na atualização das experiências esquecidas, o trauma implicaria um esforço de fixação e um mecanismo de compulsão à repetição – sendo o nível da patologia definido pelo grau de cristalização desses esforços.

Já os efeitos negativos, desorganizadores e dessubjetivantes estão referidos às “reações defensivas”. Aqui, o trauma cria um enclave no psiquismo (“um Estado dentro de um Estado, um partido inacessível, com o qual a cooperação é impossível”, escreve Freud {1939[1934-38]/1996, p. 91}), verdadeira clivagem que impede qualquer transformação do seu conteúdo. A ação negativa ataca os processos de ligação pulsional, trazendo um efeito paralisante dos processos de subjetivação. E põe em xeque qualquer possibilidade de narrativa acerca do ocorrido, desafiando os processos de memória e as possibilidades de elaboração psíquica.

Como mostrado anteriormente, aqui, como em “Além do princípio do prazer”, Freud vai enfatizar o caráter *compulsivo* do trauma, indicando a grande intensidade psíquica que este veicula. A realidade psíquica interna pode dominar a realidade do mundo externo até certo ponto, de modo a se abrir o caminho para a psicose. Freud identifica nesses casos uma expressão direta da fixação numa parte primitiva do passado.

Dirá então que um trauma na infância provoca alterações no ego que permanecem como cicatrizes no psiquismo do indivíduo. Tais cicatrizes exercem seus efeitos, muito frequentemente, num segundo tempo, na irrupção ou no desenrolar da puberdade, desenvolvendo-se então a neurose adulta. Esta pode ser encarada como uma espécie de tentativa de reconciliação do ego com as partes que dele foram clivadas pela influência do trauma. Tal tentativa pode obter êxito com o auxílio de um trabalho de análise, mas também pode findar numa devastação ou fragmentação egoica completa, ou por um esmagamento do ego pelas partes que dele foram clivadas pelo trauma.

Na sequência do seu escrito, Freud irá retomar a teoria do assassinato do pai da horda primeva, desenvolvida em “Totem e tabu” (1913[1912-13]/2012) para traçar um paralelo entre o que ocorreu na história da vida da espécie humana e aquilo que se passa na história da vida dos indivíduos – em ambas, “ocorreram eventos de natureza sexualmente agressiva, que deixaram atrás de si consequências permanentes, mas que foram, em sua maioria, desviados e esquecidos, e que após uma longa latência entraram

em vigor e criaram fenômenos semelhantes a sintomas, em sua estrutura e propósito” (Freud, 1939[1934-38]/1996, p. 95).

O conjunto desta descrição constitui-se como a derradeira formulação de Freud acerca do trauma. Leia-se: o trauma pode provocar danos no ego muito cedo, sob a forma de feridas de ordem narcísica, perturbando e reforçando os mais arcaicos operadores defensivos, tais como a negação, a clivagem, a projeção, a idealização, a onipotência etc. Provoca “mortificações narcísicas” a partir da ausência de representação, de figuração e de simbolização, evocando sempre as categorias do primário e do originário em sua articulação com as categorias edipianas clássicas (Bokanowski, 2005).

O que se pode depreender a partir dessa consideração acerca da dimensão do traumático é que ela é indissociável das patologias do agir, uma vez que estas evocam a presença de um “corpo estranho” no psiquismo, não mais no sentido de uma ideia recalçada que fica dissociada do conjunto das outras ideias, mas sim de algo da ordem do irrepresentável, que permanece clivado no psiquismo, mas exercendo seus efeitos e submetendo-o a uma passividade intolerável que precisa ser posta para fora em forma de ato. Evocam ainda uma predominância do registro do excesso irrepresentável, da convocação do corpo e da compulsão à repetição como operadores da externalização atuada; e chamam a atenção ainda para a relação entre o registro primário e sua articulação com as categorias edipianas na delimitação da atuação.

I.2 – A dimensão compulsiva da passagem ao ato

Logo de início podemos afirmar que a questão do ato é uma questão problemática na teoria psicanalítica. Conforme os apontamentos de R. Roussillon (1991/1995) e de P.-L. Assoun (1985), o conceito de *ato* não pertence propriamente à metapsicologia freudiana, aparecendo como uma problemática marginalizada, uma vez que ele nunca se preocupou em defini-la detidamente. No entanto, ao pensarmos retrospectivamente na história da psicanálise, o agir é um tema de grande importância para o seu desenvolvimento, e que a atravessa do início ao fim e nos convoca a pensá-lo de forma mais detida nos casos sobre os quais pretendemos nos debruçar.

O ato aparece na teoria psicanalítica sempre de forma composta – seja como “ação específica” (Freud, 1950[1895]/1996), “ato falho” (Freud, 1901/1996), “ato

compulsivo” (Freud, 1911/2010) ou “*acting out*” (Freud, 1914/2010), até chegar finalmente ao conceito de “passagem ao ato”, articulando-se de forma inextricável ao mecanismo de compulsão à repetição, tal como descrito por Freud em “Além do princípio do prazer” (1920/2010).

Neste texto, a teorização metapsicológica acerca do ato assume caráter importante. Ao observar na clínica a repetição de situações desprazerosas, Freud repensa a hegemonia do princípio de prazer no psiquismo, especulando a existência de um “além do princípio de prazer”. Diante da evidência da repetição dos sonhos traumáticos – os quais são destituídos do caráter de satisfação de desejos inconscientes infantis e sexuais, tal como colocado em “A interpretação dos sonhos” (1900/1996) – Freud vai caracterizar a *compulsão à repetição* como mecanismo insistente e imperativo que se impõe ao sujeito independentemente do desprazer que provoca. Neste sentido, a compulsão à repetição fala da autonomização do registro da ação frente ao do sentido, os quais ficam radicalmente desarticulados.

É o modelo do *Agieren* que se desenvolve, através do mecanismo da compulsão à repetição em sua articulação com o postulado da segunda teoria pulsional, e que coloca em evidência a noção de *passagem ao ato*. A passagem ao ato fala de uma descarga radical que vem em lugar de uma elaboração impossível da conflitualidade na qual se encontra o sistema psíquico. A passagem ao ato evidencia a dificuldade, e mesmo a insuficiência, de um processo de representação, pondo em xeque o funcionamento da balança entre o movimento elaborativo e o meio de descarga. Diversos autores trabalharam a ideia da passagem ao ato, e alguns propuseram definições que nos são úteis.

P. Jeammet (2005) sustenta que a passagem ao ato, no seu registro mais violento, comporta uma dimensão de efração, uma vez que instaura brutalmente um processo de separação e de diferenciação com a alteridade, (re)estabelecendo uma fronteira entre o eu e o outro. A passagem ao ato se dá, habitualmente, em seguida ao medo de uma violência sofrida, real ou imaginariamente, mas que provoca no ego um sentimento de despossessão de si mesmo. O ego não se vê como mestre de si, mas sim como joguete de uma força que o ultrapassa, que o excede e o transgride – o que convoca a dimensão narcísica no registro da violência, tema a ser desenvolvido no segundo capítulo desta dissertação.

O autor pontua como a atuação compreende diferentes variações, que vão desde os problemas de comportamento, passando pelas passagens ao ato mais ou menos

caracterizadas, chegando até as patologias do agir. O ponto comum que as reuniria fala da ausência de um sentimento de segurança interna suficiente que permita aos sujeitos que a elas recorrem, ao serem confrontados a uma situação de angústia avassaladora, apelar a seus recursos psíquicos internos. Tais sujeitos creem escolher sua resposta frente às excitações que os acometem, no entanto, nada mais fazem do que obedecer compulsivamente às suas imposições.

Diante de uma força excessiva estrangeira a si e que ultrapassa suas capacidades de domínio, o ego se encontra arrebatado e despossuído de si mesmo por essa força violenta, tendo seu território invadido por algo que o transborda. Essa força que arrebatava é dessubjetivante, portanto, quer essa dessubjetivação se aplique ao próprio sujeito ou ao objeto ao qual ela se dirige. É o sentimento de continuidade da existência e de integridade egoica que são postos em xeque por esta ameaça, abrindo a via para a angústia de morte que se refere ao sujeito e, em espelho, ao objeto sobre o qual a atuação recai (Jeammet & Corcos, 2001/2005).

O ego se vê ameaçado em sua *função de síntese* (Costa, 1988), a qual visa manter íntegra a representação da unicidade, continuidade e ipseidade do sujeito. Tal como acrobatas em cima de uma corda bamba, esses sujeitos vulneráveis – que não se asseguram suficientemente de si mesmos, muito menos dos outros – equilibram-se precariamente, estando sob o domínio de uma ameaça tão inquietante que eles não sabem de que é feita. Uma das saídas, por precária que seja, que seus egos fragilizados encontram frente a essa ameaça, é sua projeção no exterior, o que permite que seja concretizada sobre um ou outro elemento do mundo que os cerca. O que se depreende daqui é que a passagem ao ato comporta uma dimensão transgressora do espaço interno/externo, cuja delimitação encontra-se precária nos sujeitos que a cometem.

Quando é ultrapassado pela intensidade de suas próprias sensações, o sujeito encontra-se na iminente possibilidade de perder a capacidade de se diferenciar do outro, de distinguir o dentro do fora. Isto se estende ao registro interno, de modo que uma saída possível frente a essa excitação desorganizadora é sua expulsão violenta em forma de ato, defesa de tipo mais arcaico, que sinaliza a presença de um curto-circuito dos processos psíquicos mais elaborados, situação-limite do ego diante da violência. Segundo Cardoso (2001), o recurso a modos primários de defesa – tais como o retorno sobre si mesmo, a inversão, a denegação e a projeção – supõe uma má diferenciação entre sujeito e objeto, também uma precariedade das fronteiras egoicas em relação à

alteridade interna, evidenciando uma espécie de sobreposição entre a problemática narcísica e a objetal.

F. Houssier (2008) afirma que o recurso ao ato implica, ao mesmo tempo, um movimento regressivo e uma dimensão de apelo ao ambiente. O movimento regressivo se dá a partir do momento em que a regressão motora em um registro sintomático vai na direção contrária à da colocação em palavras, sendo a possibilidade de dizer substituída pelo ato. O apelo ao ambiente se constitui como tentativa de busca de uma plataforma de lançamento para a figuração dos conflitos internos, i.e., dirige-se o conflito para o exterior, uma vez que ele não pode ser dominado internamente. O autor aponta que o ato “serve de suporte representacional para os conflitos psíquicos que, por não poderem ser postos em palavras, regridem para a linguagem motora para encontrar uma saída externa, endereçada ao objeto-ambiente” (p. 118).

Em todas essas divisões acerca do ato, que vão desde a ação específica à passagem ao ato, passando pelo *acting out*, é a dimensão sensório-motora que está sempre em foco. De fato, todo agir emerge sob a forma de um comportamento. A. Ciavaldini (2006), num esforço de englobar estes variados níveis numa definição abrangente, diz compreender o *agir* como “o conjunto de ações sensório-motoras no qual está engajado um sujeito” (p. 117). Tal definição ampla permite a inclusão de todos os fenômenos onde a dimensão sensório-motora está envolvida, tendo como objetivo manter ligados todos os matizes do agir, mostrando as complexidades aí implicadas.

Assim, essa definição do agir supõe uma dimensão relativamente geral, indo da ação específica, a qual se encontra em um registro mais elaborado, onde o sensório-motor está posto a serviço do circuito da representação, às ações que escapam ao controle do sujeito no quadro de ações de descarga, onde a destrutividade está no primeiro plano – caso das passagens ao ato. Tal definição engloba tanto o polo da normalidade quanto o da extrema patologia, perfazendo o arco dos comportamentos que constituem o campo de estudos das patologias do agir.

O que se evidencia a partir daí é que o estudo das passagens ao ato aponta para uma dimensão do traumático, para aquilo que se configura como irrepresentável, como violência psíquica que assume caráter disruptivo, uma vez que ameaça a integridade do ego e, numa escala maior, o aparelho psíquico como um todo. Frente à ameaça de desintegração, aos moldes de um *colapso tóxico* – conforme descrito por C. Janin (1995) –, o aparelho tende a responder ao excesso de excitação interna com saídas transgressoras de caráter externalizado. O recurso às passagens ao ato violento como

defesa radical nas patologias do agir evidencia a dimensão traumática presente na base do psiquismo desses sujeitos.

A passagem ao ato é expressão de um regime de funcionamento psíquico arcaico e radical em que predominam a violência e o mortífero da resposta – o excesso de excitação e de vivências sensoriais, correlacionado à falência dos recursos psíquicos para manejá-los, comporta efeito traumático. É sobre este viés que vamos agora tentar estabelecer a especificidade do ato de violência sexual no contexto das patologias do agir.

I.3 – O ato de violência sexual

De acordo com o trabalho de S. Couraud (1997), o ato de violência sexual frequentemente vai ser descrito, por aqueles que o cometem, como compulsivo e incontrolável, como uma espécie de “jorrar” que se impõe ao sujeito. O ato se passa como se, em algum momento da história daquele que o comete, *algo* sobre o qual ele não tem domínio, o conduzisse, de modo irremediável, imperativo, impulsivo e repetitivo, em direção a um acontecimento grave. O ato de violência sexual encontra-se, desta forma, marcado essencialmente pela compulsão à repetição, mecanismo indissociável do movimento da pulsão de morte. A compulsão à repetição, neste caso, fala de uma morbidade que se repete, mas que, paradoxalmente, parece ter como fim uma tentativa de sobreviver psiquicamente.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, J.-Y. Chagnon (2004; 2008a) é contundente ao afirmar que durante muito tempo as passagens ao ato exteriorizadas como violência sexual foram compreendidas como próprias a indivíduos de uma estrutura de personalidade perversa, apesar de tal posição assim rígida e restrita não se sustentar frente a uma análise clínica e psicopatológica mais detida.

Há relativamente poucos anos algumas publicações – como é o caso dos trabalhos de C. Balier, A. Ciavaldini, D. Zagury e dos membros do ARTAAS³ – vêm acrescentar um novo entendimento desses pacientes “extremos”, matizando as posições precedentes marcadas por um diagnóstico e prognóstico de incurabilidade. Desse modo, o entendimento dos atos de agressão sexual pode passar da rigidez de uma estrutura

³ ARTAAS é a “Association pour la Recherche et le Traitement des Auteurs d’Agressions Sexuelles”, fundada na França em 1996. Mais informações em: <<http://www.artaas.org>>.

perversa monolítica para serem compreendidos como possíveis organizações ou defesas perversas frente a organizações limites ou psicóticas. Desse modo, não se exclui a dimensão perversa incontestável presente nestes atos, mas não se limita a compreensão deles a uma estruturação fechada com prognóstico de incurabilidade.

Ao se falar de uma organização, de preferência a uma estrutura, pressupõem-se movimentos de desorganização e reorganização, bem como diferentes modalidades de funcionamento, as quais podem se justapor em maior ou menor medida, sem que a predominância de uma sobre a outra seja assegurada. Neste sentido, pode-se conceber o psiquismo de uma maneira muito mais plástica, e então falar de uma psicopatologia dos atos perversos que não necessariamente remete a uma estrutura perversa da personalidade. Esta posição tem a vantagem de não situar a psicopatia em referência a uma linhagem estrutural precisa, mas falar dos diferentes matizes que se sobrepõem nas organizações defensivas de tais sujeitos (Jeammet & Corcos, 2001/2005).

Em novembro de 2001, a Federação Francesa de Psiquiatria (FFP) organizou uma Conferência de Consenso, tendo como tema “Psicopatologia e tratamentos atuais dos autores de agressão sexual”, reunindo pesquisadores de diferentes áreas da Saúde e da Justiça que se ocupam desses sujeitos. Na publicação decorrente do evento, em resumo, destaca-se a seguinte passagem, hipercondensada:

Apesar do polimorfismo clínico das condutas desviantes e da infinita diversidade das configurações psicopatológicas no seio das quais essas condutas podem aparecer (...) esses problemas do comportamento sexual correspondem bem menos a problemas da sexualidade propriamente dita do que a tentativas de “solução defensiva” frente a angústias importantes que concernem ao sentimento identitário, consecutivas a carências fundamentais do ambiente primário no curso da primeira infância (...). Em todos os casos, encontra-se no primeiro plano problemas graves do narcisismo, uma fragilidade do sentimento de continuidade identitária e uma ameaça de colapso depressivo, ligados a importantes angústias de alteração, mesmo de desaparecimento, da representação de si. O recurso à sexualidade desviante não é sistematicamente resultado de uma aberração pulsional, ainda menos de um excesso da pulsão sexual (muitas vezes pouco ativa, na realidade), mas de uma “solução de recurso” em resposta ao déficit narcísico consecutivo à ausência de imagens parentais suficientemente boas no mundo psíquico interno (FFP, 2001, p. 561, tradução nossa).

Dessa definição podem-se depreender inúmeros elementos que nos auxiliam na compreensão do fenômeno em questão. Em primeiro lugar, vemos o reconhecimento do “polimorfismo clínico das condutas desviantes e da infinita diversidade das configurações psicopatológicas no seio das quais essas condutas podem aparecer”. Esta passagem corrobora um posicionamento teórico-clínico abrangente, que concebe o psiquismo de uma forma muito mais plástica do que estrutural, como defendemos acima.

A publicação segue afirmando que tais “problemas do comportamento sexual correspondem bem menos a problemas da sexualidade propriamente dita do que a tentativas de ‘solução defensiva’ frente a angústias importantes que concernem ao sentimento identitário” – e aqui temos pistas importantes acerca do caminho a seguir na análise desta problemática. De fato, apesar da indicação de “sexual” à passagem ao ato que se apresenta como violência sexual, uma via interpretativa pode afirmar que essa dimensão de sexual encontra-se essencialmente ausente nestes casos. Entretanto, inspirando-nos na concepção de J. Laplanche acerca da sexualidade, podemos afirmar que o que está presente nestas atuações é justamente o aspecto demoníaco e disruptivo da sexualidade. Para entendermos este ponto de vista, cabe um breve desvio em direção a alguns elementos da teoria do referido autor acerca da sexualidade.

Em entrevista a Cardoso (2004), ele afirma categoricamente que não se pode deixar esquecer que “a violência é sempre sexual” (p. 193). Segundo ele, mesmo os aspectos da violência que parecem dessexualizados possuem fundamento sexual, uma vez que toda violência que se dirige para fora, em direção ao outro, é uma reação contra a violência da sexualidade que não se conseguiu dominar. A dimensão indomável da violência nos remete à ação da pulsão de morte – e é justamente a concepção particular de Laplanche deste postulado que nos interessa.

Laplanche (1988) insere a pulsão de morte no campo da sexualidade ao falar de seu aspecto não ligado – dimensão, de certa forma, negligenciada por Freud em determinado momento, ao apontar somente para o aspecto ligado da sexualidade, próprio das pulsões de vida. De acordo com ele, a sexualidade também tem um aspecto demoníaco, disruptivo, que remete à “sexualidade tendo como único objetivo correr o mais depressa possível em direção à sua satisfação e ao esgotamento completo do seu desejo” (Laplanche, 1988, p. 103). O excesso “demoníaco” de energia sexual se faz sempre presente, mesclado à energia sexual ligada das pulsões de vida, reafirmando-se através de seu modo não ligado, frente ao qual só resta a atuação desta força excessiva.

Desse modo, pode-se dizer que, para Laplanche, trata-se “da oposição entre *pulsões sexuais de vida* e *pulsões sexuais de morte*, especificadas, respectivamente, pelos regimes da *ligação* e da *des-ligação*” (Cardoso, 2001, p. 46).

Neste sentido proposto por Laplanche, podemos acrescentar um matiz de complexidade ao entendimento do ato de violência sexual. Em vez de apressadamente eliminarmos o caráter sexual da problemática – dando preferência a falar em “angústias identitárias” – podemos pensar como tais angústias remetem ao demoníaco da sexualidade não dominada, a qual exige um destino, que acaba sendo sob a forma de uma passagem ao ato. Desse modo, pode-se afirmar que em qualquer passagem ao ato a dimensão sexual, demoníaca e disruptiva, está sempre presente.

Segundo Jeammet e Corcos (2001/2005), o que estaria em jogo nessa modalidade de ato seria a sua problemática relação com o prazer. Os autores sustentam que o sujeito que atua experimenta seu desejo para com os outros como uma *dependência* intolerável, i.e., diante do desejo (sexual) percebido em relação ao outro, o sujeito se sente diminuído e ameaçado, confrontado a uma passividade enlouquecedora, de modo que o desejo não é experimentado como prazer potencial, mas como um poder do outro sobre ele – tal dimensão será aprofundada no segundo capítulo, mais adiante.

Por ora, cabe marcar que, nesse sentido, o sujeito se vê transbordado por suas excitações que o invadem com sua inevitável conotação sexual. O transbordamento carrega em si a dimensão de uma *transgressão pulsional*, conforme descrita por Cardoso (2002/2010). De acordo com a autora, ao se buscar a definição do termo “transgredir”, encontram-se os sentidos de “atravessar”, “passar além de” e, ao utilizar-se da inspiração proporcionada pela expressão “transgressão marinha”, a qual fala do movimento das águas do mar que invadem um trecho do continente, a autora propõe a expressão “transgressão pulsional” como metáfora de um atravessamento pulsional no território egoico, o qual é invadido por uma torrente mortífera de pulsões.

Tal transgressão implica uma perda parcial das diferenciações existentes entre as instâncias do aparelho psíquico. A questão da invasão dos limites egoicos por um pulsional excessivo, que não pode ser efetivamente interiorizado ou recalcado, admitido a partir da postulação da pulsão de morte, irá adquirir importância fundamental para pensarmos a questão dos limites psíquicos, especialmente quando eles são transgredidos pela força pulsional, a qual precisa ser expulsa de alguma maneira.

Para os sujeitos em questão, a única saída possível parece ser a expulsão da excitação desorganizadora veiculada pela dimensão disruptiva da sexualidade sobre um

objeto externo, diante do qual eles procuram exercer o controle onipotente e domínio absoluto que não podem exercer sobre suas excitações internas (Jeammet & Corcos, 2001/2005; Cardoso, 2002/2010).

Reiterando a ideia do ato de violência sexual como solução defensiva frente a angústias mortíferas, podemos recorrer ao conceito de *passivação mortífera* conforme definido por A. Green (1999). O recurso a esta modalidade de ato pode surgir, em determinados casos, como um modo prevalente de apaziguamento vivido como salvaguarda psíquica frente a uma excitação avassaladora. Esta acaba por transformar todo o afeto em excitação indiferenciada, angústia em estado puro, a qual precisa ser descarregada a todo custo, o mais rapidamente possível, para evitar a ameaça de aniquilamento que representa para o aparelho psíquico.

A passivação mortífera vem falar justamente do estado de completa impotência sem recursos na qual o ego do sujeito é mergulhado diante dessa angústia em estado puro. A inescapabilidade da posição de passividade constitui, para o psiquismo desses sujeitos, uma zona de estraneidade radical, cujo surgimento põe em perigo a estruturação do psiquismo como um todo. Assim, a única possibilidade de salvaguardá-lo que parece restar é o recurso ao ato de violência sexual – dimensão analisada na última parte deste trabalho.

É neste sentido que Balier, Ciavaldini e Girard-Khayat (1996) têm como hipótese geral, ao trabalhar com autores de agressões sexuais, que a passagem ao ato de violência sexual não se restringe a um simples sistema de resposta a uma excitação. Mais fundamentalmente, diz respeito a um mecanismo, precário e radical, de salvaguarda psíquica diante de um ponto de ruptura, numa tentativa última de dar forma ao que não pôde ser representado psiquicamente. O que permite compreender o ato sexual como um mecanismo de salvaguarda psíquica é justamente a concepção do ato de violência sexual como um ato que busca um apaziguamento.

Os autores afirmam que o apaziguamento configura-se como uma forma de resposta ao sentimento de transbordamento pela excitação excessiva que constituiu uma situação de urgência de descarga. O transbordamento assume uma dimensão inquietante, estranha para o sujeito, o qual muitas vezes não se reconhece em si mesmo e recorre ao ato de violência sexual como uma “ruptura” que procura fazer escoar o excesso transbordante. Neste contexto, o ato pode ser descrito como “mecânico”, “irrefletido”, “fora do controle”.

A excitação pode assumir uma dimensão tal que o sujeito sente-se, inclusive, desumanizado por ela, experimentando-a como algo brutal, animal. Está em jogo aqui a impossibilidade de controle sobre algo que o transborda e o conseqüente apagamento dos limites subjetivos. Trata-se de sujeitos mergulhados no ódio, na cólera, na raiva, mas sem que se possa dizer a quem estes se destinam. Outros ainda dizem não sentir nada durante o ato, apontando para a incapacidade de se representar a si mesmos durante o ato e, conseqüentemente, de representar a diferença entre si e o outro. Parece que, na maioria dos casos, os sujeitos aparecem como *atores*, mais do que *autores* de seus atos, “agidos” pela dimensão de superexcitação, pelo vivido de “inquietante estraneidade”, pela emergência da desorganização psicótica e pela ameaça de despersonalização e de um colapso depressivo (Balier, Ciavaldini & Girard-Khayat, 1996).

Balier (2005c; 1996/2000), ao analisar a prevalência da dimensão econômica nas patologias do agir, e em especial nos comportamentos de violência sexual, caracteriza o “*recurso ao ato*” como reflexo de uma urgência econômica que visa à descarga a qualquer preço, sob a égide da compulsão à repetição. Diferentemente dos atos que possuem algum nível de representação psíquica – os quais envolveriam a atuação de algo que se encontra recalado e vem à tona, sob a forma de um comportamento sensorio-motor – o “recurso ao ato” falaria de algo sem representação, aquém do recalado, pertencente à ordem daquilo que se constitui como marca irrepresentável no psiquismo – daí a prevalência da compulsão à repetição na sua manifestação.

O autor chama a atenção para o fundo psicótico existente nesses casos de violências extremas, sendo o “recurso ao ato” uma defesa radical e precária ante a perspectiva ainda mais radical de colapso psicótico. O preço a se pagar, entretanto, é muito elevado, uma vez que se trata de eliminar, ao mesmo tempo, a possibilidade de um trabalho psíquico representacional e de substituí-lo por uma violência extrema contra o outro ou contra si mesmo.

“Claramente”, escreve ele, “o ato não aparece como realização de uma representação animada por um desejo incontrolável, mas como uma última prova de existência frente a, precisamente, uma falha de representação, que age, de alguma forma, como um ‘buraco negro’” (Balier, 2005c, p. 70, tradução nossa). A noção do irrepresentável e da etiologia traumática das patologias do agir se integram de maneira consistente aqui, uma vez que o autor trabalha com a concepção de que atos como o

estupro, o assassinato ou o suicídio remetem ao que C. Janin (1995) descreveu como um *colapso tópico*.

O colapso tópico fala justamente de um encontro problemático entre a realidade psíquica e a realidade externa, de modo que os dois registros se confundem e a transicionalidade entre eles se perde – o que seria próprio de toda situação traumática. Os estados de colapso tópico remetem aos fenômenos psicóticos de despersonalização, o que indica que uma das defesas mais eficazes do psiquismo contra o efeito devastador do traumatismo é a tentativa de se separar, de se clivar de uma das partes da realidade.

O ego, desta forma atordoado, fica marcado por uma zona vulnerável que é reativada todas as vezes que se sente ameaçado. Forma-se, dessa maneira, uma carapaça narcísica que protege contra o trauma, mas à custa do isolamento do objeto. Está em jogo uma dessimbolização extrema que impede a realização de qualquer atividade representativa. Em seu lugar, aparece a violência do ato contra esta realidade ameaçante.

É neste sentido que se pode afirmar que os “atores” de violências sexuais acabam por utilizar, em maior ou menor escala, a realidade externa como um lugar de regulação do funcionamento psíquico. Segundo este ponto de vista, pode-se compreender a “vítima” como uma parte do ambiente que tem como função estancar a angústia de aniquilamento e de colapso psicótico, impossíveis de manejar psiquicamente. Através do domínio da vítima, transparece a falência dos recursos internos em sua função de apaziguar o sujeito.

Na tentativa de alcançar certo apaziguamento, vê-se surgir uma via que corresponde a uma tentativa de controle de si e do real externo, sobre o qual se projeta aquilo que não foi possível controlar internamente. Tal afirmativa traz uma consequência direta para a relação com o outro: se o encontro com o outro é sempre fonte de excitação, o sujeito, dolorosamente sensível a esta, vê a relação com o outro sempre como algo assustador, uma vez que todo encontro é um potencial reencontro com o outro traumático, de modo que é preciso de todo modo evitar, destruir ou dominar esse outro.

O ato de violência sexual pode ser compreendido então como tentativa de reduzir a angústia de aniquilamento, provocada pelo outro, a algo passível de dominação. No entanto, tal tentativa de domínio é exercida externamente, em um nível sensorio-motor – no caso específico em questão, em uma violência sexual atuada contra o corpo de uma vítima passiva. Tenta-se dominar aquilo que é ameaçador. Os objetos

externos sobre os quais é exercido o domínio tornam-se, essencialmente, objetos de apoio a serviço da tentativa de manutenção, mesmo que artificial e precária, de um “fiapo” de vida psíquica.

Nos casos de violência sexual, é o corpo que assume, em sua concretude e fragmentação, a primazia na cena. Apesar de se tratar de um ato em que os genitais são preponderantes – uma vez que é a inserção, mediante violência, do pênis nas cavidades oral, vaginal ou anal que se qualifica como violência sexual –, não parece haver uma genitalização, uma vez que o ato se dá via parcialidade, via fragmentação.

O sujeito que comete este tipo de violência parece estar fixado a um modo de obtenção de prazer não genitalizado, autoerótico, marcado pela ausência de referência a uma imagem do corpo unificada, e por não recorrer a um objeto exterior. Tal modo de satisfação autoerótica, tingido pela violência da resposta que está implicada nesses atos, vem questionar o papel da alteridade no seu arcabouço.

M. Enriquez (1984), em sua clínica com pacientes em que a questão do corpo assume marcante prevalência, irá dizer que, nestes casos, tudo se passa como se o corpo invadisse a totalidade do espaço. O corpo, no entanto, não será nada mais que um corpo “inapto ao prazer e à atividade representacional, desafetado, inabitado, cujo sentido dado pelo outro permanecerá (...) mais que enigmático” (p. 179, tradução nossa). O corpo destes sujeitos encontra-se, desta forma, desafetado, reduzido a um corpo funcional.

O outro, aqui, configura-se como figura de poder e de abuso, sob o signo da violência e do excesso, jamais de prazer. Um tal corpo desafetado, não submetido às leis do desejo e do prazer, encontra-se alienado, sob a lei do arbitrário, do querer e do poder de um outro contra ele, frente a que só pode haver um ímpeto de expropriação, de não reconhecimento da alteridade. O corpo levará então em si uma aptidão excessiva à atuação, não existindo qualquer lugar para a representação do outro como sujeito no seu mal-estar (Birman, 2003).

Estes são sujeitos solipsistas, cuja subjetividade se fecha sobre si própria, o que impede a interlocução com o outro e a percepção do outro como tal. A dimensão de alteridade se perde na passividade que é veiculada pela dor. E a dor, conforme as palavras de J. Birman (2003), “pode fomentar as compulsões e a violência, maneira imaginária que são estas de descarga atabalhoada daquilo que dói” (p. 5).

Nestes casos, a interação intersubjetiva adquire caráter traumático, que exigirá uma série de defesas para assegurar a sobrevivência psíquica. Estas defesas, por sua vez,

assumem caráter repetitivo nas novas relações objetais, trazendo de volta à tona o caos e a imprevisibilidade que marcam as relações com o outro, o que acaba por gerar comportamentos inadequados e violentos na tentativa de evacuar aquilo que dói.

Frente à impossibilidade de lidar com o objeto, o sujeito procura dominá-lo, submetê-lo a partir de sua onipotência narcísica. Frente às ameaças vindas da mudança do objeto, procura-se exercer uma atividade de controle sobre ele. O que se evidencia aqui e assume importância considerável em nossa argumentação é o registro do domínio, sobre o qual iremos nos debruçar mais detidamente a seguir.

CAPÍTULO II

A relação de domínio nos atos de violência sexual

Conforme apontamos anteriormente, a compulsão à repetição comporta em si uma dimensão de exigência interna de agir, de modo que todas as patologias que convocam ao ato nos interrogam sobre ela. A questão da violência sexual não escapa a tal afirmação, na qual a questão do ato é prioritária. Há uma força interna que é impossível de ser dominada, e induz à tentativa de dominação por um comportamento atuado. Desse modo, a compulsão à repetição configura-se como resposta ao excesso de energia que invadiu o psiquismo, localizando-se em um objeto determinado.

Neste sentido, ressalta-se a questão da polaridade *atividade-passividade* que parece marcar os casos de violência manifesta, os quais poderiam resultar justamente, dentre outros fatores, de uma transgressão pulsional das fronteiras egoicas. Frente a tal transgressão, o ego encontra-se fragilizado, incapaz de dar conta do curto-circuito que tomou forma no processo elaborativo. E a atuação é a via de descarga prioritária, apesar de não ser a única, de todo “mal-estar” psíquico que advém de tal fragilidade egoica. No entanto, tal atividade não retira o sujeito da passividade interna, “demoníaca”, impossível de ser dominada, inescapável, “trágica” (com um destino traçado), imperativa.

Jeammet (1997) nos diz que “a violência é uma resposta a um ataque do narcisismo e uma defesa contra o que é percebido como ameaça à identidade” (p. 36, tradução nossa). Se o ataque à unidade narcísica é o que configura, em grande parte, como uma das causas, a resposta violenta, atuada, os arranjos defensivos do ego e a capacidade de ligação do psiquismo é que são postos em xeque. O autor indica que um dos pontos determinantes do desenvolvimento da personalidade é o antagonismo entre narcisismo e investimento objetal.

Essa relação pode adquirir, em determinados sujeitos, contornos ameaçadores de invasão intolerável, frente à qual se sentem diminuídos e, mais do que isso, ameaçados pela perspectiva da confrontação com a passividade. No registro da intersubjetividade, sentem-se submetidos à tirania do poder do outro, tendo seus limites ameaçados pela invasão da alteridade. O que irá traduzir-se, no registro egoico, pelo transbordamento da

intensidade das excitações – de caráter inevitavelmente sexual –, o que acarreta indiferenciação entre o dentro e o fora, entre o sujeito e os objetos de investimento, além de indiferenciação entre as instâncias de seu próprio aparelho psíquico. Uma das saídas possíveis é a expulsão dessa excitação desorganizadora interna em forma de ato sobre um objeto externo, sobre o qual o sujeito vai tentar exercer o domínio que não pôde exercer sobre suas excitações internas.

II.1 – A relação de domínio

R. Dorey (1981), ao tomar como objeto de análise a noção de *domínio*, irá afirmar que, apesar de esta noção ter reconhecida importância clínica na tradição psicanalítica, observa-se um número relativamente reduzido de trabalhos que a ela se dedicam e lhe fazem referência.

Como demarcam Laplanche e Pontalis (1982/2001), a noção de domínio será introduzida na obra freudiana em 1905, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” e remeterá a uma pulsão específica (*Bemächtigungstrieb*), não sexual, inicialmente ligada à crueldade infantil – e secundariamente ao sadomasoquismo – cuja meta é dominar o objeto pela força.

Posteriormente, com a publicação de “Além do princípio do prazer” em 1920, a noção de domínio será subsumida à ação da pulsão de morte, tornando-se uma função desta e alterando seu estatuto metapsicológico. Deste fato, o domínio acaba por configurar-se como uma problemática complexa na teoria psicanalítica e faz por merecer um detalhamento para nossos propósitos de análise.

No momento inicial, a “pulsão de domínio” tem estreito vínculo com as pulsões parciais sem, no entanto, lhe ser dada significação estritamente sexual, uma vez que é considerada independente da sexualidade, ligada à crueldade infantil. A crueldade infantil encontra na masturbação seu modelo precursor, de modo que é no campo do autoerotismo que se poderia tentar situar inicialmente a pulsão de domínio.

Apoiando-se nas contribuições de F. Gantheret, Cardoso (2002/2010) esclarece que antes de se intentar o domínio contra um objeto externo (o qual se encontra impossibilitado primeiramente), a criança exerce autoeroticamente o domínio sobre o próprio corpo, sobre seus órgãos erógenos e, apenas posteriormente, esse domínio se desloca rumo ao objeto. Freud remete o impulso cruel da criança à atividade da pulsão

de domínio, que surgiria na vida sexual infantil anteriormente à época em que os genitais assumiriam seu papel posterior, dominando a organização pré-genital infantil.

Neste sentido, o que se entrevê aqui é a possibilidade de se falar de uma primeira indexação da pulsão de domínio à polaridade ativo-passivo, sobre a qual o desenvolvimento da noção de domínio se desenrolará ao longo da obra de Freud. Ao ser remetida à polaridade ativo-passivo, a pulsão de domínio encontra na estreita vinculação ao par de opostos sadismo-masochismo (bem como ao exibicionismo-voyeurismo) a significação sexual que ficara excluída de sua primeira acepção em 1905.

Em “A predisposição à neurose obsessiva” (1913/2010), Freud caracteriza a organização pré-genital através da oposição entre as tendências ativas e passivas, de forma que a pulsão de domínio é situada ao lado da atividade, em oposição ao caráter passivo do erotismo anal. Neste texto, então, introduz-se a questão do sadismo, uma vez que se supõe estreita relação entre ela e a pulsão de domínio.

É em “Os instintos e seus destinos” (1915/2010) que a teoria sobre o sadomasochismo encontra sua primeira elaboração, segundo a qual o objetivo maior do sadismo é o domínio do objeto pela força, pelo exercício de poder através da violência, tendo o outro como objeto. Neste momento da teorização, o masochismo é considerado como o retorno do sadismo contra a própria pessoa, de modo a se substituir a meta ativa de infligir dor a outrem por uma meta passiva de sofrer a dor.

A postulação da pulsão de morte, no entanto, irá provocar remanejamentos na teoria do domínio – e na metapsicologia como um todo, evidentemente –, uma vez que a pulsão de morte tornar-se-á suficiente para explicar o sadismo, podendo derivar em direção ao objeto, ao mesmo tempo em que entra a serviço da função sexual.

A partir de 1920, com a publicação de “Além do princípio do prazer”, a pulsão de domínio sofreu uma série de remanejamentos teóricos, passando então a ser remetida à ação propriamente dita da pulsão de morte. O que decorreu desses remanejamentos, no entanto, foi a perda da especificidade da pulsão de domínio na obra freudiana, uma vez que a pulsão de morte englobou sua singularidade, tendo passado a pulsão de domínio a ser entendida por Freud como uma das formas que a pulsão de morte pode assumir.

O domínio passa a tratar-se de uma *função*, ativa, que diz respeito ao exercício do poder da pulsão de morte – radicalizando a ideia de domínio como passagem a ativo que esteve presente desde o início no pensamento freudiano –, como explicita Cardoso (2002/2010).

É no modelo do jogo do carretel (*fort-da*), descrito em 1920, que se encontra uma ilustração profícua para o movimento de inversão passividade-atividade na função de domínio: ao jogar o carretel para longe repetidamente, a criança encena o movimento de separação da mãe, mas em posição de atividade, sendo ela quem se separa da mãe, uma vez já tendo vivenciado a separação passivamente. Neste jogo, além da inversão passividade-atividade no que se refere à vivência das excitações decorrentes da separação do objeto, há ainda um movimento de “vingança” contra este objeto, ao poder se liberar da força transgressiva e excessiva advinda da separação dele.

Sendo assim, é possível perceber como o jogo do *fort-da* reúne em si a atividade da criança de uma dominação-controle da excitação, além da capacidade de tornar-se senhora do objeto. São esses dois sentidos – o de *dominar o objeto pela força* e o de *tornar-se senhor das excitações*, ligá-las – que se alternam constantemente na tentativa de Freud dar conta da noção de domínio e que a transformam numa noção bastante complexa na teoria psicanalítica. Estão aí em jogo a indissociabilidade do domínio das excitações (objeto interno) e do domínio do objeto (externo), remetendo-nos reiteradamente às fronteiras entre o domínio do outro e o processo de dominação da transgressão pulsional.

Não podemos deixar de notar que é de uma violência que se trata – seja a violência exercida pelo objeto interno, devido a seu caráter excessivo e transgressor, fundamentalmente traumático; seja a violência exercida sobre o objeto externo, na tentativa de “dar conta”, de ligar, mesmo que precária e radicalmente, estes aspectos destrutivos. É no intuito de reverter a passividade, frente ao domínio do outro interno, em atividade, que o sujeito busca o domínio sobre o objeto externo, afirmando-se em sua individualidade.

É seguindo este pensamento que Dorey (1981) irá nos dizer que a noção de domínio só encontra sua verdadeira fecundidade se a considerarmos como um modo singular de interação entre dois sujeitos. Dessa forma, o domínio corresponde a um agenciamento complexo da relação com o outro (interno e externo), tomando seu sentido no campo da intersubjetividade e do intrapsíquico, devendo ser abordado como *relação de domínio*.

A relação de domínio seria composta por três ordens derivativas de significação complementares, mas que devem ser diferenciadas minuciosamente: (1) apropriação por despossessão, (2) dominação e (3) marca. As três dimensões aparecem de forma

intrincada, de modo que Dorey buscou destrinchá-las, para mostrar a complexidade presente na noção.

O primeiro sentido que o autor identifica, e que corresponde ao termo *Bemächtigung*, evoca a ideia de “tomada”, “captura”, “apreensão”. Esta significação encontra suas raízes na antiga palavra “*emprise*”, a qual designava a ação de tomar terrenos por expropriação, na linguagem jurídica do século XVII. De uma forma mais específica, o termo era utilizado para dar conta de uma violação cometida à propriedade privada, posteriormente a um ato administrativo ilegal. No que concerne ao nível interpessoal, o termo “domínio” refere-se a uma ação de *apropriação por despossessão do outro*, no sentido de uma tomada, confiscação que envolve uma violência infligida e sofrida que traz prejuízo a outrem por invasão e usurpação de seu domínio privado, em detrimento de sua liberdade individual.

A segunda ordem de significação, derivada da primeira e dela inseparável, no entanto, não idêntica, é aquela da *dominação*. É o sentido corrente e mais utilizado do termo “domínio”, que faz referência a um poder supremo, dominador, mesmo tirânico, pelo qual o outro se sente subjugado, controlado e manipulado, mantido em um estado de submissão e dependência mais ou menos inescapável. Esta significação deriva da expressão jurídica precedente, mas adquire sua própria especificidade ao focar na dimensão violenta e dessubjetivante do “domínio”.

A terceira e última acepção do termo que merece ser depreendida aparece como uma espécie de consequência ou resultante da dupla ação de apropriação-dominação descrita na primeira e na segunda acepções do termo. Neste sentido, o domínio não pode se exercer sem que resulte a inscrição de um traço, a impressão de uma marca sobre aquele em que o domínio é exercido. Aquele que exerce o domínio grava sua *marca* sobre o outro, nele desenhando sua própria figura.

A partir destas ordens de significação do domínio descritas por Dorey (1981), é importante ressaltar como elas conferem à relação de domínio sua verdadeira especificidade e complexidade. O autor trabalha com a hipótese segundo a qual a relação de domínio fala sempre de uma transgressão feita ao outro como sujeito desejante – daí sua acepção de “apropriação por despossessão do outro”. O que seria visado no domínio seria o desejo do outro (interno e externo), uma vez que é avassaladoramente “estranho” e fugidio.

O domínio remeteria a uma tendência muito arcaica do psiquismo de neutralização do desejo do outro, da abolição de toda especificidade e, mais

fundamentalmente, da recusa de toda diferença. O domínio visaria à transformação do outro em um objeto inteiramente assimilável, tendo sido sua singularidade rechaçada – encontrando-se na acepção de “dominação” a expressão deste movimento. Conseqüentemente, ao negar a alteridade do outro, aquele que domina “marca” sobre o objeto sua própria singularidade.

Jeammet (1997) corrobora estas afirmações, ressaltando a confusão entre os registros interno e externo diante de uma excitação excessiva, a qual precisa ser dominada:

Ele é transbordado por suas emoções e a intensidade da excitação o invade com sua inevitável conotação sexual. Este transbordamento acarreta uma situação de indiferenciação: perda das diferenças entre dentro e fora, entre o sujeito e seus objetos de investimento, e, no interior do próprio sujeito, entre as diferentes instâncias de seu aparelho psíquico. Ele é possuído, habitado por suas emoções e pelo objeto de onde provêm: a única saída é a expulsão da excitação desorganizadora sobre um elemento do quadro exterior (que não é necessariamente o objeto de investimento inicial), sobre o qual o paciente vai procurar exercer um controle todo-poderoso e um domínio que ele não pode aplicar a suas emoções internas (p. 40, tradução livre).

Dorey (1981, op. cit.) afirma ainda que uma das vias de análise mais profícuas no que se refere à relação de domínio trata-se da problemática perversa – o que nos interessará particularmente ao nos debruçarmos sobre o ato de violência sexual, na qual é inegável a presença desta dimensão.

II.2 – A dimensão perverso-narcísica

Na perversão, a relação de domínio se desenvolve no registro erótico, o que significa dizer que o domínio do perverso se realiza na maioria das vezes sobre seu parceiro ou parceira sexual. Segundo Dorey (1981), a relação de domínio na perversão tem inegável dimensão destrutiva e natureza essencialmente especular, dual e, portanto, não mediatizada.

Isto implica dizer que o outro, ao ter sua alteridade e a singularidade de seu desejo expropriadas, fica aprisionado na posição de *duplo* que lhe é designada pelo

perverso, assumindo a imagem projetada de seu reflexo especular. Na cena, resta somente o desejo do perverso que é impresso no outro como marca indelével de seu assujeitamento. O estado de servidão e assujeitamento da vítima fornecem ao perverso uma prova incontestável para si do domínio exercido sobre o outro, o qual, enquanto aprisionado na posição de duplo, pode ser pensado como receptáculo das projeções do perverso.

Ao descrever o fenômeno do duplo, Freud (1919b/2010) chega à compreensão de que o duplo é aquilo que o ego rejeita em si mesmo e projeta para fora como algo “estranho”, portador da angústia mortífera proveniente daquilo que o próprio ego não pode dominar. A projeção, deste modo, caracteriza-se como este mecanismo de defesa que tem como base a negação (Freud, 1925/2011), e consiste em deslocar para fora o que não pode ser reconhecido como próprio, permitindo assim uma reorganização narcísica diante de um mal-estar interno que foi deslocado para o exterior.

Neste sentido, o duplo, como produto da projeção, configura-se como mecanismo narcísico de defesa egoica – diante da impossibilidade de domínio do objeto interno, veiculador de um excesso transgressivo, o ego acaba por projetar tal excesso no objeto externo, expulsando de si mesmo a parte destrutiva que não pode conter. O duplo é aquilo que o ego rejeita em si mesmo e projeta para fora como algo estranho, conjugando, desta forma, o “si mesmo” e o “outro” (Saceanu, 2001; Santos, 2002).

P. Saceanu (2001) afirma que o duplo é associado a uma perturbação da relação do ego consigo mesmo; perturbação que ameaça sua função de síntese, a qual visa manter íntegra a representação da unicidade e continuidade egoicas. De acordo com a autora, “O duplo revela a divisão do eu que, diante deste duplo, percebido como um outro, exterior, geralmente hostil e perseguidor no qual o sujeito não se reconhece, perde o domínio que acreditara ter sobre si mesmo” (p. 36).

A partir desta concepção, podemos compreender como a relação de domínio, em seu duplo aspecto de “dominar o objeto externo” e de “dominar as excitações internas”, como foi dito anteriormente, articula-se com o fenômeno do duplo neste movimento de projeção para o exterior daquilo que é insuportável internamente. Projeção que envolve o assujeitamento e a servidão do objeto externo a partir, nestes casos, de uma dinâmica perversa, que se dá em função de um mecanismo defensivo radical egoico. A questão que se coloca é, então, de que maneira a dimensão narcísica articula-se à problemática perversa e à dimensão de domínio?

Seguindo esta linha de argumentação, Dorey (1981) vai chegar ao conceito de *perversão narcísica* para tratar justamente deste eixo de articulação entre relação de domínio, perversão e narcisismo. Para ele, a perversão narcísica pode ser considerada como o protótipo de toda relação perversa. A. Martins (2009) define a perversão narcísica da seguinte maneira:

Esta perversão é dita narcísica por funcionar como o que Eiguer nomeia de um narcisismo intersubjetivo: enquanto o narcisismo refere-se a um autocentrado defensivo, a perversão narcísica refere-se a uma falha narcísica inicial, a partir da qual o sujeito, ao invés de voltar-se para si, busca no poder exercido sobre o outro, uma forma de sustentação e preenchimento de seu próprio narcisismo. Trata-se de um mecanismo defensivo que se serve da identificação projetiva (...), mediante a qual o agressor fortalece seu ego através da desvalorização do ego do outro. Trata-se de uma tentativa de se desembaraçar de conteúdos psíquicos perturbadores projetando-os no objeto, e buscando-se ter um controle destes conteúdos através do estabelecimento de um controle do objeto. A perversão narcísica apresenta-se, assim, como uma tentativa desesperada de se evitar a perda do eu, a despersonalização ou mesmo a psicose (p. 39-40).

Em primeiro lugar, é notável a articulação eu-outro que a perversão narcísica evoca ao se remeter a um “narcisismo intersubjetivo”. Tanto Martins (2009) quanto Dorey (1981) atribuem a referida “falha narcísica inicial”, característica da perversão narcísica, à dificuldade de separação de um objeto primário que foi vivenciado como particularmente intrusivo – dimensão que abordaremos mais adiante.

Por ora, cabe ressaltar como a perversão narcísica vem falar justamente de uma cristalização deste mecanismo defensivo que visa, através do domínio do outro externo, a sustentação e o preenchimento egoico que ficaram falhos. Através da desvalorização e depreciação do ego do outro, o agressor tem seu ego fortificado, uma vez que, ao projetar nele o que não conseguiu dominar em si mesmo, pode, enfim, sentir-se unificado, mesmo que de forma ilusória, precária e fugaz, fazendo-se necessária a repetição compulsiva de tal relação.

Se, como mencionado anteriormente, a perversão narcísica pode ser considerada como o protótipo de toda relação perversa (Dorey, 1981) e, como tal, traz em si uma articulação particular entre os registros narcísico e objetual, articulação que procuramos

explicitar, é possível entrever como, no arcabouço de tal articulação, está presente de forma dominante a polaridade ativo-passivo, sendo nesta polaridade que vamos agora nos deter, para encontrar alguns pontos de sustentação para nossas afirmações. De que maneira tais articulações vêm iluminar nosso estudo acerca dos atos de violência sexual?

II.3 – Onipotência e dependência

Balier (1996/2000) será o autor a afirmar que o modo de funcionamento psíquico dos autores de agressões sexuais anula o outro em sua diferença, reduzindo o objeto externo a um estado coisificado para que, assim, possam dominá-lo. A dimensão do domínio no ato de violência sexual se torna fundamental, evidenciando a questão do poder e dos movimentos perversos nela subjacente.

Ao analisar a obra do Marquês de Sade, Cardoso (2002) destaca a dimensão do *poder sexual* do outro em sua relação intrínseca com o sadismo, ressaltando o contraponto violento entre o ataque pulsional extremo e a afirmação radical de onipotência narcísica presente nesta problemática perversa. A autora cita o artigo “*Pouvoir sexuel*”, de V. N. Smirnoff (1973), para marcar como essa dimensão do poder sexual aparece na forma da *arbitrariedade* na perversão. Neste artigo, Smirnoff é enfático ao dizer:

Toda perversão é o exercício de um poder. Não é tanto a crueldade que qualifica o sadismo quanto a instauração da arbitrariedade que administra àquele que a exerce e que dela faz um uso desmesurado, a verdadeira prova de sua onipotência. A partir daí, qualquer questionamento torna-se inútil. O ultraje substitui o amor, o objeto, humilhado, testemunha, por sua desvalorização, a extensão do poder (p. 179)

Na perversão, em sua dimensão seja sádica, masoquista ou fetichista, a inflação do poder sexual sobre o outro não visa nada mais do que a manutenção de uma ilusão de integralidade egoica por meio da afirmação da onipotência narcísica daquele que o exerce, através da promulgação de uma lei arbitrária, não mediatizada e solipsista. Não se trata, fundamentalmente, de seduzir o objeto, nem de conquistá-lo, mas de submetê-lo compulsivamente ao seu poder a partir da transgressão de seus limites – seja através

da inflição de dor a outrem no sadismo, do estabelecimento de uma cena de automartírio no masoquismo, ou da manipulação fetichista do objeto no fetichismo.

A arbitrariedade dessa lei que preconiza um gozo absoluto traz em si o assujeitamento dos objetos aos quais se dirige, ultrajando-os, humilhando-os e desvalorizando-os, colocando-os numa posição de coisas a serem manipuladas. É neste sentido que tanto Smirnof (1973) quanto Cardoso (2002) falam de uma proclamação da onipotência narcísica nas passagens ao ato perversas.

A onipotência narcísica – seja sob a forma da onipotência dos pensamentos, da força anímico-mágica das palavras e dos desejos ou da afirmação da imortalidade tão próprias do ego ideal –, em sua vertente constitutiva e estruturante, teria como função proteger o ego de uma ameaça de desintegração e aniquilamento que estão sempre presentes. Smirnof (1973) irá afirmar que é a onipotência narcísica o que permitirá o estabelecimento de uma tela protetora, espécie de para-excitação, contra o desamparo original (*Hilflosigkeit*), vivido como ameaçador. O autor coloca, desta forma, desamparo e onipotência como inversos indissociáveis.

A dimensão patológica que estaria relacionada às respostas perversas seria justamente a cristalização de um modo de funcionamento psíquico fundamentado em atos que necessitam compulsivamente afirmar a onipotência narcísica, diante dos vividos constantes de desamparo. Via manipulação do objeto externo – explorado, humilhado, rejeitado, coisificado –, o perverso escapa do perigo de aniquilamento e de desintegração veiculado pelo excesso do objeto interno. Não estaríamos aqui, mais uma vez, diante da polaridade ativo-passivo que insiste em se reatualizar?

Cardoso (2002) afirma que a resposta perversa parece ter como base o mecanismo arcaico da “transformação no contrário” – conforme descrito por Freud em “Os instintos e seus destinos” (1915/2010) – de um estado de absoluta passividade diante do outro em uma posição de onipotência via domínio sexual do objeto. Dimensão esta que se encontra presente de forma evidente nos autores de agressões sexuais violentas.

F. Neau (2005a), autora que vai trabalhar com a aplicação e interpretação de testes projetivos (Rorschach e TAT) em homens encarcerados por crimes sexuais, reconhece nesses protocolos a presença de uma tentativa de “controle onipotente sobre o objeto, o que permite lutar contra a dependência, e a ereção de um Si grandioso, que se traduz pela desvalorização do outro, sem traço da angústia de perda do objeto” (Neau, 2005a, p. 267).

A autora (2005b) chama a atenção para o fato de que os autores de agressões, em especial agressores sexuais, são, em sua indiscutível maioria, homens. E questiona o porquê, apesar disso, de a reflexão sobre o masculino ficar muitas vezes ausente na produção bibliográfica do campo da psicopatologia dos atos. Na tentativa de ir na contramão desta tendência – a qual partilhamos nesta dissertação –, a autora vai, então, trabalhar com a hipótese da prevalência de um registro “*masculino maníaco*” nestes agressores sexuais, o qual visaria, segundo modalidades singulares em cada homem, defendê-los contra a dependência implicada na passividade, fonte de desamparo e de uma ameaça de perda do objeto – em grande escala, ameaça de aniquilamento narcísico, de perda do ego como objeto.

J.-Y. Chagnon (2005; 2008b; 2009), ao relatar seu trabalho com adolescentes agressores sexuais, diz que se surpreendeu ao constatar que três quartos desses adolescentes diziam-se crianças agitadas e hiperativas. O autor discutirá a proliferação do diagnóstico de hiperatividade na sociedade contemporânea, apontando como essa psicopatologização do cotidiano vem participar de uma narcização cada vez mais intolerante aos conflitos internos, tentando encontrar para eles soluções mágicas e onipotentes. Entretanto, o ponto de sua discussão que vai nos interessar mais propriamente aqui é justamente a dimensão maníaca presente nesses adolescentes assim diagnosticados.

De acordo com ele, os atos de agressão sexual, como manifestação psicopatológica radical de uma hiperatividade maníaca, trazem em si uma dimensão fundamental de intolerância à mentalização, no sentido de resolução interna dos conflitos psíquicos, uma vez que esta é massivamente angustiante ou fonte de desorganização traumática. Cabe então ao psiquismo expulsar essa excitação excessiva em forma de comportamentos sensório-motores.

Tais comportamentos – estando as patologias do ato aí incluídas – evidenciam um funcionamento psíquico que valoriza ao extremo a categoria virilidade/atividade/sadismo, em detrimento da categoria feminilidade/passividade/masochismo. Esses sujeitos não podem descansar, não podem parar, sob o perigo de serem invadidos por afetos traumáticos. Nestes sujeitos, a passividade é impossível de ser integrada, uma vez que se assimila a uma passivação mortífera (Green, 1999) – tema que abordaremos detidamente no terceiro capítulo desta dissertação. Por ora, cabe explicitar como tais comportamentos atuados – ativos – têm em sua base um temor diante da passividade e da dependência que o objeto lhes provoca.

O tema da *dependência* será extensivamente trabalhado por Jeammet e Corcos (2001/2005), ao se debruçarem sobre determinadas manifestações psicopatológicas que têm lugar na adolescência, em especial as patologias do agir. Os autores caracterizam a adolescência como um período-chave em que a complexa dinâmica envolvendo os eixos narcisismo-relação objetal, interior-exterior e dependência-autonomia, assume papel de destaque. Apesar de prevalecer neste período, tal dinâmica não é exclusiva dos adolescentes, o que nos permite abrir vias para pensar como tal modelo pode ser ampliado para que suas contribuições sejam pensadas também em relação ao entendimento da dinâmica psíquica dos sujeitos que pretendemos examinar.

Segundo eles, o maior temor do ego adolescente é o da perda de controle, o que o faria confrontar-se com angústias de passividade, as quais assumem caráter de intolerabilidade em determinados sujeitos. Para evitar a todo custo o confronto com a passividade, o domínio do vínculo objetal, via passagem ao ato, assume lugar central em sua dinâmica psíquica. Nestes sujeitos, o agir aparece como uma via de descarga perceptivo-motora que substitui qualquer possibilidade de trabalho psíquico de elaboração, de interiorização e de recurso à satisfação alucinatória do desejo.

F. F. Lattanzio (2011), a exemplo de Neau (2005b), ao ressaltar a prevalência do número de homens a recorrer aos atos de violência sexual, destaca o fato de que, por mais que a dependência e a passividade sejam comuns a todos os seres humanos, homens e mulheres teriam modos diferentes de com elas lidar. Segundo ele, “Por mais que essa passividade seja intolerável para ambos, os homens são mais compelidos a darem respostas explicitamente fálicas ao mal-estar, caindo muitas vezes em formas violentas e estereotípicas de se colocar frente ao outro” (s.p.).

Conforme o autor, diante da necessidade de negar a dependência e a passividade que lhes são constitutivas – mas que, em determinados homens, assumem um caráter absolutamente insuportável – eles recorrem a respostas estereotipicamente fálicas e agressivas. Quando a passividade adquire contornos mortíferos para esse ego masculino fragilizado, a resposta “é estereotipada, é violenta, é defensiva, é, paradoxalmente... frágil” (s.p.).

Jeammet e Corcos (2001/2005) afirmam então que o ego desses sujeitos vai procurar tornar dependente dele o objeto do qual ele mesmo depende, o que faz por meio dos mecanismos de controle onipotente, acionados em relação a esse objeto. Neste sentido, podemos afirmar que é o par dependência-onipotência que ganha em significação e se configura como expressão da relação de domínio estabelecida entre o

agressor sexual e sua vítima. Dizem eles: “(...) as relações vivas dão lugar às relações de domínio; as ligações humanas se transformam em sobreinvestimentos do funcionamento mecânico do corpo e de um pensamento desligado de seu alimento afetivo; as emoções são substituídas pela busca de sensações” (Jeammet & Corcos, 2001/2005, p. 78).

Tais sujeitos possuem uma insegurança interna que acaba por gerar uma dependência intolerável dos outros que o circundam. Eles se sentem diminuídos e ameaçados frente a essa dependência, a qual os confronta a uma passividade enlouquecedora, porque incontrolável e incontornável. A dependência do outro não é sentida como tal, mas como um poder invasivo e transgressor do outro sobre o sujeito, diante do qual a única resposta possível, nesses casos, parece ser sua inversão no oposto. Diante de um vivido mortífero de dependência e passividade, surge a onipotência como resposta de salvaguarda narcísica, ainda que precária e mortífera em seu arcabouço.

A questão que se impõe agora é por que tal dependência e passividade são tão intoleráveis nesses homens? A relação com o objeto primário nos oferecerá pistas, a partir das quais poderemos avançar.

II.4 – A passividade na relação objetal primária

Frente a uma situação inescapável de desamparo – passividade absoluta no momento inicial da existência – é preciso que o outro/ambiente/objeto primário desempenhe uma função de cuidado. Para que esses cuidados sejam integrados pelo psiquismo em formação da criança, é necessário que um “bom ritmo” se estabeleça entre a criança e aqueles que dela se ocupam. Em um “bom ritmo”, a quantidade de excitação torna-se aceitável para o sistema – os cuidados aparecerão à criança como significantes de uma união harmoniosa com o objeto –, enquanto a “disritmia” deixará na criança a impressão de um mundo incontrolável (se tudo chega demasiadamente rápido) ou de um mundo desesperador (se tudo demora demais), o que acaba por constituir toda quantidade como uma tendência de efração, marcada pelo excesso, o qual o psiquismo deverá se empenhar em descarregar (Roussillon, 1991/1995).

Se a condição de desamparo da criança não pôde ser efetivamente manejada pelo objeto primário, se os cuidados encontram-se no registro do excesso, seja para mais ou para menos, o afeto percebido proveniente daí toma a forma da primeira fonte de

estranheidade no psiquismo da criança – estranheidade ameaçadora que coloca o psiquismo infantil numa posição de perigo iminente que precisa ser silenciada, extinguindo a insuportável excitação provocada pelo desamparo não manejado.

Em uma análise sobre a família dos autores de violências sexuais, Ciavaldini (2001) irá caracterizá-la como um “lugar de perturbação dos afetos”, chamando atenção para o caráter perturbador e falho do objeto primário no que concerne à fundação, garantia e manutenção dos laços de afeto entre o eu e o outro. Ao se observar essas famílias, tem-se em vista que a infância do futuro agressor sexual se desenrolou em um clima que perturbou profundamente a construção de seu repertório de afetos, o qual parece ter ficado caracterizado por núcleos “gelados”, “petrificados”, “brancos”, utilizando-nos, neste ponto, do campo semântico proposto por Green (1980/1988).

Estar-se-ia diante de um ambiente familiar caracterizado por disritmia, que não foi suficiente e/ou eficaz para lidar com as excitações que acometeram o sujeito, de forma que o agir se configurou como possibilidade de resposta, de uma forma destrutiva, a essa insuficiência do meio. Aparece aqui uma ligação entre o recurso ao agir e uma disfunção maior da esfera dos afetos que, pelo desligamento que implica, abre o caminho à destrutividade.

Ciavaldini (2006) ainda afirma que os cuidados dirigidos à criança nestes casos, mesmo que tecnicamente apropriados, se reduzem a “procedimentos”, apontando para a desqualificação da parte afetiva na relação de troca entre a criança e aquele que lhe dedica cuidados. O objeto primário acaba por transformar a criança em “coisa” manipulável que não se configura como objeto de investimento libidinal. Esses cuidados indiferentes não transmitem à criança nenhuma qualidade subjetiva que permitiria dar lugar à simbolização primária, que permitiria inseri-la em sua própria história e lidar com o desamparo de forma estruturante.

E. Moraes e M. K. Macedo (2011) dedicar-se-ão a pensar metapsicologicamente a dimensão da *vivência de indiferença* na relação eu-outro – o que nos auxilia a articular alguns pontos. Segundo essas autoras, a indiferença diz respeito a uma “qualidade de violência imposta à criança por parte do adulto em um tempo primordial de estruturação do psíquico” (p. 42). Nesse sentido, a indiferença evidencia, por um lado, um “além” no campo do excesso inevitável neste tempo primordial – sendo o conceito de desamparo evocado aqui para o entendimento desta proposição – e, por outro lado, uma falha do outro no oferecimento de meios para manejar esse excesso – e que adquire ares de irrepresentabilidade, de intraduzibilidade.

As autoras fazem uma articulação entre o traumático desencadeado pela condição de desamparo e a vivência de indiferença: frente ao desamparo da criança, quando o adulto não reconhece efetivamente a sua existência, a indiferença a ela se impõe. Esta diz respeito, predominantemente, a um “não reconhecimento da diferença que a existência do outro aporta a esse encontro inicial e que se reproduz na apropriação do sentido de existência da criança” (Moraes & Macedo, 2011, p. 43).

A vivência de indiferença é referida, portanto, ao desencontro primordial criança-adulto. A criança, em estado de desamparo, ao demandar cuidados a esse adulto, busca nele encontrar recursos que levariam a uma capacidade de ligação afetiva e consequente diluição do desamparo. Na ausência do investimento afetivo no qual haveria o reconhecimento de sua condição de diferença, o ego dessa criança sofre uma fratura – uma mutilação aprisionadora que adquire caráter de matriz e que poderá ser reativada no decorrer de sua vida, especialmente no que concerne à relação que estabelece com o outro.

No que concerne a esse encontro, a vivência de indiferença deixa marcas que poderão se revelar na tendência à instabilidade, alternância e fragilidade, de modo que as respostas do outro aos movimentos de demanda da criança não conseguem apaziguá-la suficientemente, já que não ligam as intensidades que a acometem de maneira “suficientemente boa”, parafraseando Winnicott. Neste caso, o outro não oferece à criança os meios de metabolizar, dominar, ligar, significar aquilo que a afeta psiquicamente, que ataca internamente seu ego incipiente. A matriz traumática que se forma a partir dessa relação com a alteridade marcada pela indiferença configurar-se-á como regente das vivências relativas ao campo da intersubjetividade.

A vivência de indiferença não pôde ser significada ou metabolizada pelo psiquismo, de modo que o vivido não virou memória, mas permaneceu no campo “ultraclaro” da percepção. Não há uma fantasia que venha recobrir esse vivido traumático, mas uma presentificação perceptual-sensória que não se deixa integrar nas cadeias representativas. O regime compulsivo da repetição mantém na superfície psíquica esse vivido para além do princípio de prazer-desprazer, atualizando a matriz traumática da vivência de indiferença.

Como indicado anteriormente, a vivência de indiferença se atualiza no campo da alteridade, das relações intersubjetivas, marcadas pela impossibilidade de aceitar o que representa o outro como diferente de si mesmo. Se o encontro inaugural com o outro aparece tingido pelo branco da indiferença que deixa o psiquismo infantil à mercê de

intensidades que não pode controlar, os desdobramentos de tal experiência vêm atualizar a extrema suscetibilidade àquilo que a presença do outro aporta ao ego.

Indo-se à frente nas proposições das autoras, encontramos indícios que evidenciam um caminho a seguir na nossa elaboração teórica. Elas nos dizem as seguintes palavras:

A indiferença, como o oposto da capacidade de amar, sempre se faz acompanhar pela força que maltrata, que submete, que mutila o direito de existir. O traumático aqui diz respeito à exclusão do campo de percepção e de desejo do outro que imprime, a ferro e a fogo, a marca do excesso e do violento à condição de desamparo (*Hilflösigkeit*) da criança (Moraes & Macedo, 2011, p. 50).

Ao atualizar aquilo que não pôde ser representado, o sujeito acaba por convocar o outro a ser um “duplo” na repetição de sua matriz traumática forjada na indiferença vivida na relação com o outro primordial. Uma vez que não foi amado, o sujeito não pode amar e, mais do que isso, acaba por reproduzir na relação com o outro a violência que marcou a relação dele com as figuras parentais, “outros primordiais”.

De acordo com E. Bonneville (2010), a relação eu-outro nestes casos é descrita como marcada pelo caos e pela imprevisibilidade. A interação intersubjetiva adquire caráter traumático, que exigirá uma série de defesas para assegurar a sobrevivência psíquica; estas defesas, por sua vez, assumem caráter repetitivo nas novas relações objetais, trazendo de volta à tona o caos e a imprevisibilidade que marcaram as relações iniciais com o outro, gerando agora comportamentos inadequados e violentos.

A autora nos fala de crianças que passaram seus primeiros anos de vida em um ambiente caracterizado pelo caos e pela imprevisibilidade das relações, expostos a pais em grande dificuldade psíquica, que não puderam entrar em sintonia com seus filhos, e os fizeram viver, de modo frequente e repetido, situações de violência. Tais crianças apresentam perfil psicopatológico caracterizado por problemas graves da inteligência, da gestão das emoções, do comportamento e das capacidades relacionais. O seu modo de funcionamento relacional se caracteriza pela violência, destrutividade, a tirania, avidez, agitação e evitação ou ataque do pensamento – o que aponta para um funcionamento sensório-motor prevalente.

Nestes casos, o caráter traumático da relação inicial evidencia-se na repetição compulsiva desse modo de relação pelo sujeito. O modelo matricial do encontro aparece

marcado por uma série de experiências aterrorizantes (desespero, medo de morrer, de se despedaçar, raiva, ódio etc.) nas relações com o entorno: “seja porque seus pais eram imprevisíveis e muito angustiados para com eles, seja porque eles se encontravam sozinhos, impotentes ante seus estados emocionais, sem encontrar ajuda, reconforto nem reconhecimento de seus estados subjetivos da parte de seus pais” (Bonneville, 2010, p. 46, tradução nossa).

Essas crianças, muito cedo, tiveram que aprender a gerir sozinhas as experiências aterrorizantes pelas quais passavam, sem a segurança e o auxílio de uma relação parental continente. Estas experiências geraram estados de excitação cuja intensidade transbordou as capacidades de ligação de seus aparelhos psíquicos – daí o seu caráter traumático. Devido ao caráter repetitivo dessas experiências, forjou-se um sistema defensivo de asseguramento da sobrevivência psíquica centrado no recurso ao ato que, em contrapartida, apresenta uma série de prejuízos.

Diante do outro, o sujeito se vê condenado a repetir a matriz traumática que veicula um excesso de intensidades impossíveis de manejar. Neste contexto, a problemática do ato adquire importância capital, posto que, frente a um psiquismo transbordado por intensidades excessivas, o recurso ao ato configura-se como saída privilegiada, mesmo inescapável, de evacuação. Aqui, é o desligamento, o mortífero, que impulsiona a atuação.

O sujeito não teve outra escolha senão adaptar-se a um tipo “desafetado” de cuidados, que o manteve numa situação de incapacidade de elaborar psiquicamente as excitações que o acometem. Isto poderá resultar numa reativação posterior destes procedimentos inscritos em seu “repertório afetivo”, de modo a manipular os objetos com os quais se relaciona. Suas manobras de domínio evocam o efeito de onipotência narcísica que precisou se constituir frente a uma figura materna que não pôde lhe proporcionar um continente adequado. O ato surge então como reminiscência sensório-motora do que nunca pôde ser representado como laço ao objeto.

Desse fato, o ato de violência sexual surge onde o afeto encontra-se inacabado em sua construção, podendo, de certo modo, representar uma tentativa aberrante de concluir esse acabamento. Frente à impossibilidade de lidar com o objeto, o sujeito procura dominá-lo, submetê-lo a partir de sua onipotência narcísica. Frente às ameaças vindas da mudança do objeto, procura-se exercer uma atividade de controle sobre ele.

Na tentativa de alcançar certo apaziguamento, vê-se surgir uma via que corresponde a uma tentativa de controle de si e do real externo, sobre o qual se projeta

aquilo que não foi possível controlar internamente. Tal afirmativa traz uma consequência direta para a relação com o outro: se o encontro com o outro é sempre fonte de excitação, o sujeito, dolorosamente sensível a ela, vê essa relação sempre como algo assustador, uma vez que todo encontro é um potencial reencontro com o outro traumático, de modo que é preciso evitar, destruir ou dominar a todo custo esse outro.

Os autores de violências sexuais acabam por utilizar, em maior ou menor escala, o ambiente como lugar de regulação externa do funcionamento psíquico. Segundo este ponto de vista, pode-se compreender a “vítima” como uma parte do ambiente que tem como função estancar uma angústia impossível de manejar psiquicamente. Por meio do uso da vítima, transparece a falência do ambiente familiar primário em sua função de apaziguar a criança em desamparo. Pode-se entender assim que a violência cometida à vítima se dirige também a esse ambiente incapaz – do qual frequentemente a figura materna é representante –, receptáculo das projeções arcaicas e destrutivas do psiquismo desses sujeitos.

A falência do objeto primário em seu papel de integração vai fazer com que ele fique marcado por uma relação de hostilidade e de necessidade absoluta. O sujeito odeia o objeto por ele ter falhado, mas, em igual medida, necessita desse objeto, pois sente que sem ele não sobrevive. Pode-se até mesmo falar que esse objeto primário não pode ser transicionalizado, permanecendo como presença inescapável.

Para R. Stoller (1975, citado por Cromberg, 2010), o interjogo de *hostilidade e desejo sexual* em relação ao objeto é a característica central no ato perverso, estando aí presentes elementos de vingança, raiva, medo, triunfo e desumanização do objeto. A tese desenvolvida em “*Perversion: the erotic form of hatred*”, publicado em 1975, sustenta a perversão como uma *forma erótica do ódio*, cujo *modus operandi* seria a transformação do ódio (infantil) em triunfo sexual (adulto) sobre o outro. Nas palavras de R. Cromberg (2010), “A excitação sexual é produzida por uma operação da cena traumática infantil (portanto, vivida passivamente) em triunfo vingativo adulto (imaginado ativamente), sendo incrementada pelo caráter de ato arriscado” (p. 37).

Como nos aponta F. C. Ferraz (2001; 2000/2008), para Stoller, a perversão é um produto da ansiedade provocada por um desmantelamento da história do desenvolvimento libidinal, particularmente da dinâmica familiar. Stoller valoriza a realidade do trauma na determinação da psicopatologia perversa, construindo a hipótese segundo a qual a perversão seria uma fantasia posta em ato, de forma compulsiva, rígida e estereotipada, por meio de uma estrutura defensiva construída gradualmente através

dos anos, com a finalidade de preservar o prazer erótico. Desse modo, a montagem da cena perversa não visaria apenas à recusa da castração (como sustentado por Freud em 1927), mas também, e, sobretudo, à manutenção da identidade sexual ameaçada por um trauma sexual infantil efetivamente sofrido.

Tal trauma sexual infantil seria decorrente de determinada dinâmica familiar que força a criança a evitar o enfrentamento da situação edípica, na qual, todavia, ela já se encontra imersa, o que faz com que a saída do Édipo não aconteça, de modo que o sujeito fica evitando seu desfecho. A hostilidade assumiria então a forma de uma fantasia de vingança na perversão, de modo que, no ato perverso, o passado traumático é evocado, sendo transformado em prazer, vitória e orgasmo que se efetuam sobre um objeto escolhido para representar a criança vitimada (ela mesma). No entanto, a repetição compulsiva do ato perverso atesta a impossibilidade de o sujeito estar a salvo do perigo, pois a memória do trauma é inconsciente e não cessa de manifestar-se e de exigir uma defesa.

A dimensão perversa envolvida nesses atos acaba por articular de forma segura alguns eixos metapsicológicos, os quais buscaremos desenvolver no último capítulo desta dissertação. A seguir, buscaremos compreender como a inversão passivo-ativo desempenha um papel pregnante na fundamentação dessa modalidade de passagem ao ato.

CAPÍTULO III

O terror de passividade nos atos de violência sexual

De acordo com o que sustentamos anteriormente, a problemática dos atos de violência sexual aparece fundamentalmente marcada por uma relação de domínio. Nesta relação, em cujo arcabouço encontra-se o arcaico mecanismo de “transformação no oposto”, imbricam-se os sentidos de dominar o objeto externo pela força e o de tornar-se senhor das excitações (internas).

A relação de domínio pode ser evidenciada de forma clara na perversão narcísica, a qual trata justamente da cristalização de um mecanismo defensivo que visa, através do domínio, desvalorização e depreciação do outro, a sustentação e o preenchimento do próprio ego que ficaram falhos. No que concerne aos atos de violência sexual, é o poder sexual sobre o outro que está em questão; poder sexual que se sustenta sobre a onipotência narcísica daquele que o exerce.

O que buscamos marcar é que a necessidade de se buscar um domínio onipotente sobre o objeto vem em resposta a um vivido de dependência intolerável diante do outro. Mas o que seria tão intolerável na passividade para estes homens?

III.1 – As desmesuras da sedução

Ao desenvolver sua teorização acerca da relação de domínio, em especial no que diz respeito à problemática perversa, R. Dorey (1981) ressalta como tal relação revela uma tendência fusional que acaba por destruir toda alteridade, toda singularidade do desejo do sujeito. No que concerne à especificidade da relação de domínio na problemática perversa, o que está em questão, para além do registro erótico, é a dimensão maior da *sedução*, que o engloba. É esta dimensão que o autor procura precisar para pensar as origens da relação de domínio de caráter perverso.

Na história infantil desses sujeitos, há um dado que recorrentemente se encontra, podendo-se até mesmo dizer que nunca está ausente (Dorey, 1981). O autor chama a atenção para a “existência de condutas sedutoras sofridas pela criança por parte da mãe ou de seu substituto privilegiado. Isto não deve ser banalizado; trata-se, na realidade, de

uma sedução efetiva, geralmente muito cedo, massiva, intensa, repetitiva e polimorfa” (Dorey, 1981, p. 122, tradução nossa).

Há o estabelecimento de um laço de prazer erótico entre a mãe e a criança, desenvolvido a partir de uma cumplicidade arcaica e primária num nível carnal. Cumplicidade que se exprime também no registro do olhar, na captura especular que se estabelece entre mãe e criança, reflexos indiscerníveis de um do outro. No entanto, este outro materno é marcado por insegurança, fragilidade e vulnerabilidade excessivas, no sentido de se ver exposto de forma brutal ao surgimento do desamparo da criança.

Dorey (1981; 2003) afirma que a mãe do futuro perverso será aquela que, em primeiro lugar, vai procurar exercer controle onipotente sobre seu filho, exigindo dele completa submissão. Submissão que remete a um estado de passividade inescapável por parte da criança diante do desejo acachapante da mãe, que lhe é imposto. A sobrepujança de seu desejo o invade e transgride, aniquilando a possibilidade de vir a fazer valer seu próprio desejo. Só parece haver espaço, nesses casos, para a replicação do desejo materno.

Esta relação perversa de domínio, fundamentada na sedução, acaba por ter o duplo aspecto de unificação e impossibilidade de separação: em primeiro lugar, a sedução fala de unificação simbiótica entre a mãe e seu filho, que perfazem uma unidade não mediatizada, em que não há espaço para um terceiro. Decorre dessa unificação que a sedução constitui também um entrave ao processo de separação, no sentido de consolidação do si mesmo. Neste duplo aspecto, a relação de domínio configura-se como extremamente alienante, o sujeito se encontrando capturado em um registro especular e impossibilitado de se desvencilhar do desejo materno.

A dinâmica perversa implica a repetição compulsiva desta matriz, forjada na relação com o objeto primário, no plano das relações objetais. No entanto, no quadro da perversão, a posição de passividade diante da mãe tenderá a ser invertida:

Vítima de uma dominação tirânica que sofria passivamente, por um mecanismo certamente assimilável ao que foi descrito como identificação ao agressor, ele se torna ativo e exerce, por sua vez, seu domínio sobre o outro, lhe impondo seu desejo. Nota-se, no entanto, que devido à estrutura especular desta relação, ele será sempre tão dominante quanto dominado, será aquele que exerce o domínio tanto quanto o sofre (Dorey, 1981, p. 123, tradução nossa).

No nosso entender, a questão da identificação com o agressor vem se articular a essas hipóteses. No âmago da relação com o objeto primário, encontra-se o protótipo daquilo que será descrito nas passagens ao ato de caráter sexual e violento como anulação, ou, mais propriamente, não reconhecimento do desejo do outro através da negação de sua singularidade e a recusa de sua diferença.

A cena que se estabelece nessas passagens ao ato, entre um dominador e um dominado, fala fundamentalmente de um jogo identificatório. Se pensarmos que o par do sádico não é o masoquista (o qual também exerce o domínio ativamente, a seu modo), mas sim aquele que sofre passivamente o domínio exercido por ele, fica clara a relação identificatória do sádico-agressor com sua vítima, cujo desejo precisa ser aniquilado, porque ameaçador.

O aprisionamento em uma relação de manipulação e coisificação nos leva, portanto, a ressaltar aqui o mecanismo de identificação com o agressor ou, poderíamos aqui desdobrá-la e falar de “identificação com o sedutor” – no caso, com a figura materna. Isto se dá uma vez que o surgimento do outro acaba por reativar no sujeito a matriz traumática forjada primitivamente no primeiro encontro mãe-bebê no qual a dimensão de passivação ocupou lugar determinante.

Contra a reatualização dessa passivação que a relação eu-outro evoca, o sujeito erige formações defensivas cuja função essencial é reverter a passividade em atividade. A problemática da sedução materna desempenha, portanto, papel fundamental nestes casos, uma vez que articula internamente as dimensões da passividade e do domínio.

Desde Freud é recorrente a ideia de que toda mãe é, para seu filho, a primeira “sedutora”, de modo a podermos pensar como os cuidados maternos, e a sedução que tais cuidados comportam, configuram-se como protótipo e fundamento de toda relação de domínio (Dorey, 1981). A mãe é aquela que inscreverá, no nível corporal, seu desejo e suas fantasias, de caráter inevitavelmente sexual, na criança – esta é a dimensão constitutiva e inescapável que marca cada um dos seres humanos, em seus diferentes matizes.

É a partir desta relação de sedução-domínio inicial que entendemos a propensão existente em cada sujeito de aceitar o domínio exercido sobre ele pelo outro ou, inversamente, o de exercer o domínio sobre o outro. No que concerne à vida sexual dos seres humanos, a relação de domínio é comum a todos. Evidentemente, é preciso levar em conta que existem infinitos graus de variabilidade segundo os quais tal relação é exercida. Nos sujeitos em questão, que nos propusemos a analisar, o que parece haver é

uma radicalização violenta dessa sedução (Ciavaldini, 1999) e, por conseguinte, da relação de domínio.

Como abordamos no primeiro capítulo desta dissertação, a primeira teoria do trauma em Freud articulava-se estreitamente com a teoria da sedução contemporânea a ela, elaborada nos anos anteriores a 1897. Nesta se atribuía à lembrança de cenas reais de sedução – realizadas por um adulto perverso do sexo masculino sobre uma criança confrontada passivamente a ele – o papel determinante na etiologia traumática das psiconeuroses. Aqui, a sedução era efetiva, vivida pela criança como agressão, intrusão e violência, diante do que não havia possibilidade de resposta psíquica elaborada.

Porém, como sabemos, a fantasia ganhará estatuto de verdade na teoria psicanalítica, o que se configura como esboço do primeiro corte epistemológico firmado em 1905 através do aprofundamento da noção de sexualidade infantil. Assim, a primeira teoria da sedução perde seu valor etiológico, sendo remanejada no pensamento freudiano.

Porém, se era calcada em uma sedução atuada por um pai perverso sobre uma criança, a primeira teoria da sedução toma forma a partir de então sob uma concepção diferente de sedução. Esta dimensão passa a ser considerada como constitutiva (não mais acidental, no sentido de fortuita, como era o caso da primeira), em referência aos cuidados maternos, responsáveis pela erogenização do mundo psíquico do bebê. Este se encontra em um estado de passividade diante do outro que cuida e que dele se ocupa. Na passagem da teoria da sedução “infantil” para a teoria da sedução “precoce”, o pai perverso cede lugar à mãe cuidadora (Laplanche, 1988).

Laplanche (1988) ressalta o caráter de *efetividade* presente na sedução materna – categoria que nos leva além da contingência, trazendo à tona o caráter de necessidade, de obrigatoriedade da ação materna inscrita na sedução. A efetividade fala justamente de algo constitutivo, não acidental, não se tratando, então, de realidade factual. Para Laplanche (1988), a sedução acontece de modo inconsciente, com caráter inescapável, real, necessário. Nesse momento, há a complexificação da questão real *versus* fantasia, com prioridade da fantasia – mas não de uma fantasia etérea e incorpórea, e sim vinculada ao corpo, à sua materialidade real:

A sedução não é uma relação contingente, patológica – apesar de poder sê-lo –, episódica. Ela se funda na situação da qual o ser humano não pode escapar, o que eu chamo de situação antropológica

fundamental. Esta situação antropológica fundamental é a relação adulto-criança (Laplanche, 2002/2007, p. 97-8, tradução nossa).

Laplanche (2002/2007; 1988) valoriza a assimetria radical presente na relação adulto-criança, marcada, pelo lado do adulto, por um inconsciente sexual, essencialmente formado por resíduos infantis; um inconsciente perverso, no sentido dos “Três ensaios” (Freud, 1905/1996). E, pelo lado da criança, a relação é marcada pela imaturidade, incapacidade e insuficiência dela frente à irrupção da sexualidade (infantil) do adulto. Todo o diálogo existente entre adultos e crianças é fundamentalmente parasitado pela dimensão sexual do inconsciente do adulto frente à impossibilidade da criança de dominar psiquicamente isto que irrompe, de modo que as mensagens trocadas são turvas, mensagens enigmáticas.

O que se torna essencial na teoria da sedução generalizada de Laplanche é o distanciamento entre o universo sexual adulto e a capacidade de ligação e de simbolização do ego infantil, marcado pelo eixo atividade-passividade. Nesse cenário, a criança é confrontada passivamente a significantes verbais e não verbais, até mesmo comportamentais, propostos pelos adultos, repletos de significações sexuais inconscientes, as quais se configuram como enigmas, como mensagens enigmáticas.

As mensagens enigmáticas veiculadas pelo adulto têm um conteúdo sexual que exige da criança uma *tradução*, a qual é necessariamente incompleta, falha. Conforme pontua Ribeiro (1996), Laplanche fala da “impossibilidade de traduzir completamente uma mensagem em imagens ou qualquer outra forma de expressão sem que se produza algum resto não traduzido ou não traduzível” (p. 50). O registro das mensagens enigmáticas pressupõe necessariamente um excesso de conteúdo – inevitável e invariavelmente sexual –, cuja tradução pode fracassar de forma parcial ou de forma radical, seja para aquele que a recebe, seja para aquele que a transmite. Haverá sempre um resto de mensagem que não poderá ser traduzido, o qual é da ordem do trauma, da mensagem sexual oriunda do outro e cujo conteúdo é inconsciente para ele mesmo.

Recorremos à teoria da sedução generalizada, conforme trabalhada por Laplanche, por supormos que a história dos sujeitos sobre os quais nos debruçamos em nossa pesquisa foi marcada por mensagens particularmente violentas e traumáticas, “intraduzíveis”. Nestes casos, a intrusão do outro excede o fracasso parcial de tradução, constitutivo do recalçado, e nos remete a um fracasso radical. Como afirma Cardoso (1997), tais mensagens, impossibilitadas de entrar no processo tradutivo, veiculam

aspectos des-ligados que permanecem enclavados na tópica psíquica, diante dos quais o ego se encontra incapacitado de promover sua integração, bem como de recalcar tal dimensão “estrangeira” interna.

O fracasso radical na tradução das mensagens enigmáticas encontra-se indissociavelmente ligado ao que Laplanche tematizou como *intromissão*, processo através do qual a dimensão “estrangeira” interna, advinda do outro, torna-se impossível de metabolizar. Isto se deve ao caráter singular do conteúdo de certas mensagens, bem como a uma eventual precariedade das condições de ligação dessas mensagens veiculadas pelo outro. O que aparece nessas mensagens “intraduzíveis” é a dimensão de excesso pulsional indominável correlata à precariedade egoica em lidar com tal excesso (Cardoso, 1997).

Cardoso (1997) aponta ainda como é possível buscar “pistas” de investigação do funcionamento egoico diante destas mensagens que veiculam um excesso-a-traduzir através de certas respostas psicopatológicas que fazem uso de mecanismos arcaicos para procurar dominar, ainda que precariamente, esse excesso. Tal é o caso de determinadas respostas perversas, em que o ego, cristalizado na posição de onipotência narcísica, procura transformar no contrário uma situação de passividade absoluta diante do outro em atividade. Nestes casos – e chamamos a atenção para as situações clínicas que nos ocupam nesta dissertação –, a cena traumática será constante e compulsivamente reatualizada, mas com uma inversão nas posições daqueles que a compõem.

Em tais cenas de violência atuada, a via da *figurabilidade* é especialmente relevante, como mostraremos a seguir.

III.2 – A construção da cena de violência

No que concerne à clínica de pacientes em cuja base supõe-se a presença de violenta dimensão traumática, Cardoso e Monteiro (2012) chamam a atenção para o importante papel desempenhado pelo dispositivo técnico das *construções em análise* em associação com o mecanismo da *figurabilidade*. Seus efeitos viabilizariam a tentativa, no trabalho analítico, de se criar uma via de abertura à representação através da possibilidade de dar uma forma imagética a certas marcas traumáticas. As autoras sustentam um ponto de vista segundo o qual o tratamento desses pacientes deverá se

dirigir prioritariamente para a construção de roteiros imaginários, na tentativa de inscrição das marcas traumáticas no aparelho psíquico como traços mnêmicos.

As marcas traumáticas encontram-se presentes no psiquismo de forma desligada, i.e., encontram-se ali no registro sensório, perceptivo, e não inscritas sob a forma de traços mnêmicos, de lembranças conscientes ou inconscientes. Desta forma, conforme sustenta Lejarraga (1996), somente através da criação de uma forma imagética – a qual não é necessariamente visual, mas também olfativa, auditiva e cinestésica – o sujeito poderia dar forma a essas marcas traumáticas enclavadas, que são da ordem do indizível e do intolerável, na tentativa de inscrevê-las nas cadeias representativas.

A “consideração à figurabilidade” aparece na teoria psicanalítica em 1900, em “A interpretação dos sonhos”, em que Freud a descreve como um dos fatores da elaboração onírica, junto à condensação, ao deslocamento e à elaboração secundária. Basicamente, a consideração à figurabilidade fala do mecanismo através do qual o sonho coloca as palavras (ditas, ouvidas, lembradas) em imagens sensoriais visuais, em pensamentos do sonho, com o objetivo de se livrar da censura. A figurabilidade respeita ainda o movimento regressivo próprio dos sonhos, uma vez que, nestes, a excitação se move em direção retrocedente. Assim, ao invés de se propagar para a extremidade motora do aparelho, ela se movimenta no sentido da extremidade sensorial e, por fim, atinge o sistema perceptivo, produzindo revivências alucinatórias das imagens perceptivas.

No entanto, de acordo com Gurfinkel (2008, citado por Cardoso & Monteiro, 2012), nos pacientes cuja dimensão traumática aparece de forma pregnante, há um “colapso do sonhar”, no sentido de que a função simbolizante do psiquismo – a qual aparece no paradigma do sonho como realização de desejo – não opera, ou opera de forma precária. São os sonhos traumáticos que assumem a prevalência da cena, marcados pela compulsão à repetição, pela fixidez de seus conteúdos e pelo fracasso da regência do princípio de prazer.

E qual seria o papel da figurabilidade nos sonhos traumáticos? Nos termos de Cardoso e Monteiro (2012),

A figurabilidade, aqui, seria fruto de uma busca de contenção do excesso pulsional pelo ego, na tentativa de evitar o desmoronamento, a morte psíquica que o traumático ameaça provocar. Esta figuração seria um primeiro limite paraexcitante; tratar-se-ia de uma

apresentação do indizível, isto é, de uma percepção alucinatória pela consciência sob a forma de uma “figura”, daquilo que, em uma primeira abordagem, não se pode fazer por intermédio das representações. Tais imagens se encontram em um nível mais concreto, sem mobilidade psíquica, o que indica a precariedade das demais modalidades de trabalho do sonho – condensação, deslocamento e elaboração secundária –, distinto da representação, que se acha em um nível mais abstrato e permite a atividade associativa (p. 141-2).

Tais conteúdos que aparecem nos sonhos traumáticos, resultantes da ação do mecanismo da figurabilidade no mundo interno, nos remetem à dimensão de excesso pulsional, aos elementos clivados ao ego desses sujeitos. Trata-se de conteúdos que se encontram predominantemente em uma dimensão sensorial, inefável e amorfa, e que vêm assumir uma forma nesses sonhos, tornando-se, deste modo, significativa para o sonhador, ainda que à custa de sua fixidez e estereotipia.

Neste ponto, revela-se pertinente e frutífero fazermos algumas articulações entre o papel paraexcitatório da figurabilidade nos sonhos traumáticos – como tentativa egoica de contenção do excesso pulsional – e aquele desempenhado por ela na construção da cena de violência sexual. Ou seja: de forma análoga ao aparecimento da figurabilidade nos sonhos traumáticos como tentativa egoica de dar contorno às marcas traumáticas presentes no psiquismo, pensamos como esse aparecimento se dá na construção da cena de violência sexual na qual o agressor se lança de forma imperativa e repetitiva.

Da mesma forma como o ego repete compulsivamente o vivido insuportável no sonho traumático, buscando dar contorno àquilo que é da ordem do disforme, o ego do “ator” do atentado sexual violento parece estar diante da irrupção de um conteúdo traumático excessivo que será “figurado” na cena de violência atuada. Supomos ainda que, nesses sujeitos, o conteúdo traumático excessivo que os assola parece guardar íntima relação com as desmesuras da sedução e com as implicações do domínio que engendra, veiculadoras de mensagens enigmáticas “intraduzíveis”. Estas permanecem enclavadas na tópica psíquica.

A intromissão de elementos impossíveis de serem metabolizados acaba por criar uma exigência interna compulsiva de dar conta desses elementos enclavados, os quais não deixam de exercer seus efeitos devastadores no psiquismo. No nosso entender, a

consideração à figurabilidade que aparece na criação dos cenários de violência sexual atuada são uma derradeira tentativa, ainda que radical e precária, de dar forma a esses conteúdos informes.

Joyce McDougall (1982/1992 citado por Ferraz, 2000/2008) chama a atenção para o caráter repetitivo e compulsivo do “*teatro erótico*” forjado pelo sujeito perverso em suas atuações. A cena cuidadosamente engendrada por ele, com ares ritualísticos, tem como mote o triunfo sobre a castração. Esta passa a ser desafiada, não sendo vivenciada como perigosa nem mutilante, mas prazerosa e condição mesma do gozo perverso. Mas é unicamente a defesa frente à angústia de castração que estaria em questão no “teatro erótico” criado pelo perverso?

Embora o sujeito perverso pareça habitar um mundo pleno de fantasias exuberantes, a imutabilidade de seu “teatro” mostra o quão estereotipadas e repetitivas tais fantasias são, e quão ilusoriamente a angústia de castração encontra-se controlada. O caráter rígido, imóvel e intangível do quadro criado pelo perverso implica que o menor contratempo ou desvio da trama preconcebida provoque estados de angústia por vezes mortíferos. Efetivamente, o sujeito encontra-se aqui diante da evidência da realidade, apesar de tentar a todo custo estancar a angústia daí proveniente (Jeammet & Corcos, 2001/2005; França, 2010; Ferraz, 2000/2008; 2001).

Para J. McDougall (1982/1992 citado por Ferraz, 2000/2008), a criação do teatro erótico do perverso envolve uma manipulação onipotente da cena e de seus “personagens”. Isto teria como função primordial inverter a situação infantil de espectador impotente, excluído das relações parentais e, ao mesmo tempo, assolado por um excesso de excitação ou vítima de estimulação não elaborável, e exercer uma ação controladora através dessa teatralização. McDougall, portanto, enfatiza a relação do perverso com a *fantasia da cena originária*, bem como a inversão do eixo passivo-ativo que ela implica. Estes pontos são especialmente caros para nossa argumentação e merecem análise pormenorizada.

A fantasia da cena originária (*Urszene*) aparece pela primeira vez em um artigo de Freud intitulado “Sobre as teorias sexuais das crianças” (1908/1996), no qual são abordadas as inquietações das crianças acerca de onde viriam os bebês, e as fantasias criadas para solucionar este enigma. Uma destas teorias decorre justamente do testemunho acidental da criança de uma relação sexual entre os pais, ou quaisquer adultos que o valham. Caracteriza-a Freud da seguinte maneira:

Sua percepção dos acontecimentos é fatalmente muito incompleta. Quaisquer que tenham sido os detalhes que atraíram sua atenção – as posições das duas pessoas, os ruídos ou qualquer circunstância acessória –, a criança chega sempre à mesma conclusão, adotando o que se poderia chamar de uma *concepção sádica do coito*. Ela o encara como um ato imposto violentamente pelo participante mais forte ao mais fraco (Freud, 1908/1996, p. 199).

Apesar de já aparecer em 1908 na teoria freudiana, a concepção sádica do coito parental e seu desdobramento na construção da fantasia da cena originária, serão temas desenvolvidos de forma mais aprofundada mais adiante, no relato clínico do Homem dos Lobos (1918[1914]/2010). Freud aí conclui que, por trás do conteúdo manifesto do conhecido sonho que nomeia o caso, havia uma cena vivida e muito prematuramente esquecida, que articulava em si elementos muito particulares. O que estaria em jogo em tal cena?

A hipótese proposta é que o conteúdo que emergiu no sonho do Homem dos Lobos dizia respeito aos traços percebidos da cena de cópula entre seus pais. Como salienta J. André (1996), haveria, na fantasia da cena originária, “uma criança observadora, participando com o olhar mas excluída da cena em si; o espetáculo dos pais intrincados, a encenação de uma sexualidade adulta que ultrapassa a capacidade de compreensão da criança; e a transformação em angústia de uma excitação sexual inundante e irresolúvel” (p. 69). Vale sublinhar que todos os elementos da cena originária são criados em torno de uma fantasia de violência sexual, na qual um homem agride uma mulher.

E Freud acrescenta ainda um detalhe à cena trazida pelo Homem dos Lobos que adquirirá relevância posteriormente: segundo ele, ao acordar, o menino presenciou um coito *a tergo*, i.e., por trás, “à maneira dos animais” (p. 58). Freud sublinha a questão do rebaixamento e da degradação da mulher envolvidos nessa posição “animalesca”: na cena primária, e nas ressonâncias que ela provoca na vida psicosssexual do indivíduo, há certo desejo do homem por aquelas mulheres as quais ele pode desrespeitar, rebaixar, degradar. O coito *a tergo* acaba por forçar a mulher a ficar em uma posição inferior, animalesca, o que conferiria satisfação aos desejos sádicos do homem. A posição ainda deixa o homem numa posição ereta, virilizada, marcando a ferro o corpo de sua parceira e afastando o temor da angústia de castração.

Contudo – e aqui temos um contraponto interessante para nossas articulações teóricas sobre os atos de violência sexual –, J. André (1996) considera que o que estaria em jogo nesse rebaixamento da mulher, muito mais radicalmente do que a virilidade do homem e a defesa frente à castração, seria justamente a marca inversa do alvo pulsional, i.e., o que estaria em jogo seria o desejo do homem de “ocupar ele mesmo a posição rebaixada, ser penetrado por um homem, substituto paterno” (p. 91).

As mulheres dispostas em tal posição poderiam ser identificadas com o próprio homem que assim as colocava, havendo, portanto, uma identificação (homossexual passiva) do homem violentador com o objeto. E, para além deste, com a mãe rebaixada, degradada e violentada da cena originária. Se compreendermos que a fantasia da cena originária configura-se como matriz das várias correntes que perfazem a vida sexual e que ela detém um arsenal de possibilidades identificatórias com personagens e/ou fragmentos, estando remetida a um período originário, anterior a qualquer tipo de significação, podemos entrever nas manifestações sexuais adultas as “pistas” de seus efeitos em toda a vida sexual do sujeito.

E, ainda, ao aplicarmos o modelo da cena originária à cena de violência sexual cometida por um homem sobre uma mulher, consideramos que, ao subjugar e dominar uma mulher no ato sexual violento, o homem, identificado à mãe violentada da cena originária, acaba por, reativamente, defender-se de forma agressiva e violenta da fantasia subjacente em que *ele* é o penetrado. A inversão da polaridade passividade-atividade aqui se encontra, mais uma vez, na base deste modo de funcionamento.

A inversão passividade-atividade, presente na fantasia da cena originária – mas que a ela não se restringe – assume importância relevante para nós. Tal inversão parece estar na base do funcionamento psíquico dos homens que cometem atos de violência sexual.

III.3 – O temor de passividade diante do outro

T. Bokanowski (1999) propõe um esquema para falar sobre a passividade na teoria psicanalítica, dividindo-a em *passividade primária* e *secundária*. Esta última diz respeito aos meandros da relação edípica (referida a uma passividade defensiva frente ao pai castrador e que se exprime na dissolução do complexo de Édipo), enquanto

aquela se estabelece muito aquém da organização edípica, estando ligada à relação primária, materna, feminina.

Uma não é independente da outra, havendo uma “dialética entre a passividade secundária (o ‘feminino’ em relação ao pai) e a passividade primária (o ‘feminino’ em relação à mãe)” (p. 1572). No entanto, há entre elas uma diferença de níveis de complexidade dos desenvolvimentos biológico, pulsional e psíquico, além do fato de que, na passividade secundária, trata-se de uma identificação com os dois objetos parentais secundários (pai e mãe), enquanto o que estaria em jogo na passividade primária seria uma identificação com o desejo do objeto primário por um outro objeto (o desejo da mãe pelo pai). Afirma:

Portanto, se delineiam as diferentes expressões do feminino em relação à passividade no homem (homossexualidades psíquicas masculinas). Essas podem se traduzir sobre o plano clínico pela oposição (esquemática) entre *o Édipo invertido estruturante* (“O pequeno Hans”, o medo de ser “mordido” pelo cavalo) e *o Édipo invertido regressivo* (“O homem dos lobos”, o medo de ser “devorado” pelo lobo), bem como pelas diferentes modalidades do contrainvestimento da passividade que, como na *homossexualidade* do tipo *Leonardo*, estão em relação com uma problemática narcísica que compreende uma identificação com uma mãe fálica e uma aparente exclusão do pai da cena psíquica (Bokanowski, 1999, p. 1573, tradução nossa).

O arcaico e o pré-genital são os pontos que reúnem essas três modalidades de expressão do feminino em relação à passividade nos homens, bem como articulam os complexos pares de opostos continente-conteúdo, penetrante-penetrado, ativo-passivo, fálico-castrado, masculino-feminino, sádico-masoquista etc. Para exemplificar as modalidades arcaicas e pré-genitais da passividade em relação ao feminino, o autor passa à análise da fantasia “uma criança é espancada”, conforme proposta por Freud em 1919.

Freud aí propõe uma contribuição para o estudo da origem das perversões sexuais, analisando as fantasias de espancamento nas meninas. Num primeiro momento, descreve-as em três fases: (1) primeiramente, a fantasia é descrita nos termos “*Meu pai bate na criança*”, em que a criança em que estão batendo não é jamais a que cria a fantasia, mas outra criança, enquanto é um adulto aquele que bate, inequivocamente

reconhecido como o pai da menina; (2) a segunda fase, mais significativa de todas, conforme diz, traduz-se em “*Sou castigada pelo meu pai*”, na qual a pessoa que bate continua a ser o pai, mas a criança espancada transformou-se de uma outra qualquer para aquela que produz a fantasia, fantasia com alto grau de prazer masoquista; (3) a terceira fase assemelha-se à primeira, de modo que a figura do pai é substituída pela de um professor ou alguém que faça as vezes dele, enquanto a criança que apanha vira várias crianças; aqui, a fantasia liga-se a uma inequívoca excitação sexual sádica (Freud, 1919a/2010).

As fantasias adquirem tonalidade incestuosa, em que “Meu pai bate na criança” significa “Meu pai não ama esse outro, *ama somente a mim*” na primeira fase. Esta segunda parte, “ama somente a mim” converte-se em “Sou castigada pelo meu pai” a partir do momento que a fantasia incestuosa é recalcada (com a dissolução edípica), ao mesmo tempo em que surge sentimento de culpa por ter desejado o pai como objeto de amor em primeiro lugar. Tal sentimento de culpa inverte o amor do pai em um espancamento na segunda fase. Já a terceira fase consiste na retomada da primeira, em que a ênfase da frase “Meu pai não ama esse outro, *ama somente a mim*” se desloca para a primeira parte, tendo a segunda sofrido recalçamento.

Segundo Freud (1919a/2010), a primeira e a terceira fases são lembradas conscientemente, enquanto a segunda permanece, via de regra, inconsciente, devido à intensidade do recalque. Enquanto as fases conscientes são marcadamente sádicas (o pai, ou a figura paterna, bate em *outras* crianças), a fase que ficou fortemente recalcada apresenta caráter masoquista (a *própria* criança que fantasia é que é espancada).

Como Freud restringiu-se a analisar inicialmente as fantasias de espancamento nas meninas, passa em seguida a analisá-las nos meninos. No que concerne à segunda fase nos meninos, marcadamente masoquista, esses assumem uma atitude feminina, i.e., passiva. A fantasia de ser espancado pela mãe não seria primitiva, derivando-se a partir de um estágio precedente, que se traduz por “Sou castigado pelo meu pai”, o qual corresponde à segunda fase na menina. Na fantasia do menino, assim como ocorre na menina, ser espancado também significa ser amado, de modo que esta fantasia tem ainda uma forma original “Meu pai não ama esse outro, *ama somente a mim*”. Deste modo, a fantasia do menino é passiva desde o começo, derivando de uma atitude feminina em relação ao pai.

Na fase que substitui esta, em que uma figura materna bate em várias crianças do sexo masculino, a situação permanece masoquista, de modo que nesta fantasia, o

menino mantém uma atitude feminina sem uma escolha homossexual de objeto. Como salienta J. André (1996), “(...) ‘uma criança é espancada’ é uma fantasia propriamente feminina, seja qual for o sexo anatômico do sujeito (...)” (p. 40).

Podemos inferir que a posição de passividade frente a um outro permanece no inconsciente do menino, apesar de não haver uma escolha homossexual de objeto. No entanto, a metabolização psíquica de tal posição será singular em cada sujeito – e o que parece acontecer nos casos de violência sexual é uma radicalidade desta passividade, que se torna impossível de ser manejada internamente; mantenhamos essa questão em mente.

Freud (1919a/2010) acrescenta ainda que as fantasias de espancamento permanecem como cicatrizes deixadas pelo complexo de Édipo e, durante a puberdade, estas questões são retomadas, após um período de latência. Assumem, a partir de então, um caráter mais persistente, podendo vir a consumir toda a vida sexual do sujeito. No nosso entender, essas cicatrizes datam de muito antes do momento da dissolução do complexo de Édipo.

De acordo com T. Bokanowski (1999), mais do que remeter a uma fantasia de violência paterna, a fantasia “uma criança é espancada” remete à “*fantasia originária de sedução* de uma criança por um adulto e, antes de tudo, *pela mãe*” (p. 1573). Recorrer, portanto, à fantasia de se colocar ativamente como objeto sexual que participa passivamente do gozo da mãe é o modo através do qual a criança consegue “dominar” a excitação provocada pela “sedução primária” que engendra a passivação, fonte de terror. “Podemos assim afirmar que há no menino uma passivação em relação ao feminino que não é unicamente aberta pelo pai, mas também pela mãe” (p. 1574).

A análise da fantasia de espancamento nos meninos nos auxilia em nosso entendimento de suas implicações no funcionamento psíquico dos homens – em especial, dos homens que cometem atos de violência sexual. O que compõe o excesso pulsional da feminilidade, frente ao qual o psiquismo masculino fica “passivizado” e vem recorrer a atos violentos na tentativa de reverter essa passivação em atividade?

Ao final de “Análise terminável e interminável” (1937/1996), Freud irá propor que é o feminino, e seu repúdio nos dois sexos, o “rochedo” em que o trabalho de análise inevitavelmente colide. Nas mulheres, o *repúdio da feminilidade* traduzir-se-ia pela inveja do pênis, “um esforço positivo por possuir um órgão genital masculino” (p. 268), e, nos homens, pelo protesto masculino (conforme o termo proposto por A. Adler), “a luta contra sua atitude passiva ou feminina para com outro homem” (p. 268).

O repúdio da feminilidade nos dois sexos remeteria ao complexo de castração e às angústias dele constituintes.

Se estendermos a posição de Freud a seu ponto limite, temos que a questão do repúdio da feminilidade – em especial nos homens –, muito mais fundamentalmente do que à angústia de castração, remete à angústia diante dos alvos passivos da libido e à questão da *passividade diante do outro*. A. Green (1972/2008) e J. André (1996) sugerem que o repúdio da feminilidade é mais radical do que aquele sinalizado por Freud em 1937, tratando-se de repudiar ativamente as fantasias de passivação em relação aos cuidados, à sedução e à “loucura” maternos. Trata-se, enfim, de repudiar a passividade diante da mãe em sua “ação passivizante”.

Freud retraduz isto em termos de angústia de castração; no entanto, podemos ler a angústia de castração como a ponta de um *iceberg*, sendo a passividade diante do outro o que estaria abaixo da superfície, na base do “rochedo” em que se esbarra. Concordamos com J. Guillaumin (1982) quando afirma que a castração pode ser compreendida como uma historicização da ferida insuperável provocada pela passividade diante do outro, espécie de *après-coup* daquilo que anteriormente não encontrou representação. Desde modo, o choque da castração estrutura retroativamente aquilo que se constitui como ferida insuperável em tempos muito iniciais.

Partindo da teoria de Laplanche, P. C. Ribeiro (2003) propõe uma abordagem particular da questão dos meandros da passividade e da feminilidade no psiquismo humano. Ele traça uma articulação entre sedução e feminilidade, fora da tese falicista sustentada por Freud em seus escritos. Segundo o autor, o psiquismo humano é marcado desde tempos imemoriais pela primazia da alteridade – a qual não se confunde com algo transcendental, mas concerne diretamente às relações estabelecidas entre a criança em seu desamparo e os adultos que as tomam como objeto. Essas relações são constituídas por uma parcela de violência, a qual permanecerá no psiquismo como alteridade interna.

Como corrobora J. André (1996), a criança, desde que vem ao mundo, é penetrada por efração pelo sexual adulto, inconsciente, muito além do que seu psiquismo incipiente permite aplacar. A efração da “paixão” adulta no mundo de “ternura” da criança – para retomar os termos de S. Ferenczi (1933/1992) –, para além da selvageria metafórica que lhe é própria, remete indissociavelmente aos cuidados corporais que os adultos conferem às crianças. Esses cuidados circunscrevem-se às zonas de troca do corpo – essencialmente, os orifícios oral, anal e urogenital –, de forma

que “a penetração (sedutora) do adulto não é simples metáfora, mas passa pelo ato” (p. 99).

Aprofundando essas elaborações, Ribeiro (2005) propõe uma descrição dos primórdios da vida psíquica em termos de “relação de penetração”. Nesta “se ressalta o fato de que, a partir do momento em que passa a existir a representação psíquica de uma fronteira epidérmica do eu, toda a relação da criança com o outro adquire uma potencialidade de representação em termos de penetração” (p. 251). Esta afirmação indica a prevalência de determinadas fantasias defensivas neste momento originário, uma vez que, diante da confrontação da criança com o mundo adulto, relação violenta e dissimétrica, o ego infantil vai buscar vias de “captura” e de simbolização diante da passividade em que é colocada.

O primeiro arranjo defensivo que a criança consegue fazer da passividade diante do trauma da sedução originária é a “aptidão de ser penetrada”: “A posição do eu diante da intromissão sexual e do ataque pulsional requer, incessantemente, vias de simbolização e contenção que encontram na aptidão para ser penetrado o modelo que lhe permite derivar e circunscrever o trauma” (Ribeiro & Carvalho, 2001, p. 60).

Todos os estímulos que atingem a criança são vivenciados por seu eu incipiente como vivências de suscetibilidade à penetração. Este aspecto possui especial destaque nos atos de violência aos quais estamos nos dedicando. A partir de tal concepção da relação inicial mãe-bebê, a questão que se coloca para nós é, então: qual a implicação da “relação de penetração” com a masculinidade e a feminilidade nos sujeitos que cometem atos de violência sexual?

No momento inaugural do psiquismo, são as fantasias de ser dominado e ser penetrado que dominam o ser humano. Em um primeiro momento, todos os estímulos externos e internos impõem-se ao bebê, sem que este tenha os meios de simbolizá-los, traduzi-los. Posteriormente, será necessário haver a ligação e a simbolização deste primeiro momento, de modo que a passividade originária – excessiva, violenta, traumática, mas também constitutiva – se torne alvo do recalque. No entanto, estamos defendendo a posição de que, nas situações clínicas que nos ocupam, a passividade originária não é recalçada, pelo menos não inteiramente, e sim fica enclavada no psiquismo, como marca traumática intolerável que é constantemente atualizada na relação com o outro, exigindo um destino.

III.4 – Penetrar para não ser penetrado

A tensão interna provocada pelo aparecimento de uma excitação indomável é pouco suscetível de ser tolerada e elaborada; a passividade que implica é radicalmente recusada, uma vez que faz o sujeito retornar ao estado originário de completa impotência sem recursos.

Conforme sustenta C. Balier (1996/2000), a passivação é um retorno à dependência e à fusão com o objeto, i.e., à inexistência de si (como sujeito diferenciado de um objeto). O perigo da passivação torna-se impossível de manejar, quando, em sua vertente radical, coloca em jogo o desaparecimento do sujeito. Um dos meios para dar conta desta angústia insuportável é recuperar a onipotência em um movimento ativo: é preciso apelar a meios de defesa que restaurem a unidade egoica ameaçada. A passivação coloca em risco a identidade, de modo que as estratégias defensivas que tentam reafirmar a onipotência narcísica se fazem presentes.

Ao se debruçar sobre o estudo de autores de violências sexuais, o referido autor dirá que esses homens apresentam uma mescla de diferentes configurações psíquicas, que variam da neurose à psicose, passando pelos estados-limite e pela psicossomática, mas que parece haver uma unidade entre elas: *o medo aterrador de ser penetrado*. Toda a problemática do “recurso ao ato” de caráter sexual e violento nesses homens envolveria, de forma ampla e geral, *penetrar para não correr o risco de ser penetrado*.

Segundo ele, o medo aterrador de ser penetrado aparece como fundamento dos atos de violência sexual, marca profunda do psiquismo de determinados homens: frente ao temor de passivação que tal medo veicula e reatualiza constantemente diante do outro ameaçador, resta somente um ato desesperado e desastroso, na tentativa egoica de reverter no oposto a passividade que os assola. Estamos aqui diante de uma pulsionalidade mortífera que não pode ser qualificada efetivamente como sexual (em seu sentido ligado), escapando a todo tipo de processamento psíquico, e diante da qual reina a descarga violenta.

Essas proposições de C. Balier acerca do “recurso ao ato” – em especial, nos casos de estupro –, são exploradas por V. Lemaître (2005), que aponta como tal mecanismo atuado de descarga radical oferece um destino quase exclusivamente econômico à excitação gerada pelo terror indominável que o anima. Por nossa parte, pensamos que o terror indominável a que se refere a autora remete à coalescência de

dois movimentos psíquicos contraditórios: o medo de ser devorado por uma mãe fálica e todo-poderosa, aspecto indissociável do medo de perdê-la.

A cena de estupro se estruturaria de modo que o corpo feminino violentado – qualquer que seja ele – acabaria por, momentaneamente, encarnar tal coalescência. O ato de violência sexual permitiria descarregar a excitação insustentável advinda do temor da fusão simbiótica com o objeto materno e, ao mesmo tempo, reconstituir este momento de fusão, de um modo sensorial e sem representação; e daí sua compulsividade.

M. Tomassini (1992 citado por Balier, 2005a) corrobora estas contribuições ao afirmar que o funcionamento psíquico de determinados agressores sexuais implica, por um lado, um modo de identificação/confusão com o objeto materno e, por outro, um forte contingente de ódio, como resposta à angústia que a possibilidade da perda provoca. Nos casos analisados pelo autor, haveria a emergência concomitante do desejo e do temor de se matar a mãe – não a mãe edipiana, mas a mãe originária, ligada à fantasia de união simbiótica, de fusão.

Nestes casos, o pai é excluído em proveito da imago materna onipotente, e tais sujeitos não podem se desprender da mãe senão matando-a, o que lhes é vedado. Resta a eles deslocar o movimento pulsional destrutivo para outro objeto, o qual possuem e destroem. Estes sujeitos parecem condenados a tentar figurar na cena do crime, no mundo externo, no corpo da vítima, aquilo que se encontra internamente na condição de “irrepresentável” (Edrosa, 2005).

E D. Zagury (2002) chama a atenção ainda para a função do crime presente nestes sujeitos:

(...) a função do crime (...) é a transformação da ameaça em triunfo, da passividade em atividade, do desamparo em onipotência, do traumatismo sofrido em traumatismo infligido. Sua lógica é de penetrar para não ser penetrado e destruído; matar para permanecer vivo. Sua finalidade é utilizar a vítima para reforçar a clivagem. Sua dinâmica é colocar em cena e em atos criminosos hoje o que não pôde deixar representações psíquicas outrora. Mas o crime não cura e o domínio do modo operatório, longe de transmitir sentido, obscurece-o um pouco mais a cada vez. O criminoso controla cada vez mais aquilo que compreende cada vez menos. O triunfo da onipotência o afasta do

perigo do encontro, obscuramente percebido como ameaçador da integridade psíquica (Zagury, 2002, p. 1211-12, tradução nossa).

Ele sustenta – em contiguidade teórica com os autores com que vimos trabalhando até aqui – que o ato criminoso teria como função negar a alteridade e a existência do objeto. O ódio consciente encontra-se radicalmente excluído, pois reconhecer qualquer afeto de ódio é fazer ressurgir o espectro de um laço objetal, recusado a todo custo. Todo o movimento da perversão narcísica, aí implicado tem como direção a manipulação do objeto para que prevaleça a ilusão da onipotência narcísica, de domínio absoluto do objeto.

Fundamentalmente, como trabalhamos no capítulo anterior, é a *indiferença* que domina – indiferença referida e indissociada da relação eu-outro, do encontro intersubjetivo adulto-criança. Segundo E. Moraes e M. Macedo (2011), a vivência de indiferença diz respeito, predominantemente, a um *não reconhecimento da diferença* que a existência do outro aporta a esse encontro inicial. Na ausência do reconhecimento da condição de diferença e de alteridade, o ego da criança sofre uma fratura, uma mutilação aprisionadora que adquire caráter de matriz podendo ser reativada durante o decorrer de sua vida, especialmente no plano das relações estabelecidas com o outro.

“A indiferença, como o oposto da capacidade de amar, sempre se faz acompanhar pela força que maltrata, que submete, que mutila o direito de existir” (Moraes & Macedo, 2011, p. 50), o que vem corroborar a posição de Zagury (2002). Não se trata de ódio, pois no ódio reconhece-se a existência do objeto, mas sim de indiferença, de negação da diferença, de negação da alteridade. A insignificância do objeto e a indiferença a seu olhar apontam para o fortalecimento da onipotência narcísica.

C. Balier (2005b) descreve uma sequência de fatos específica no estupro, que retomamos aqui pela função organizadora que comporta. Segundo ele, diante do aparecimento de uma mulher que evoca por seus traços uma alucinação momentânea do objeto materno primário – uma “mulher-mãe, (...) monstro onipotente” (p. 165) –, o sujeito se encontra sob o efeito de uma sideração do pensamento e de todo funcionamento mental. O aparecimento da mulher envolve a tentativa de figuração de uma realidade traumática que evoca uma situação vivida de passividade sem recursos. Uma vez que a matriz traumática forjada no encontro com o objeto primário encontra-se

marcada pela indiferença e pela mutilação do direito de existir, é preciso destruir psiquicamente esta alucinação.

No entanto, como diante de um monstro onipotente nada se pode fazer, é preciso recorrer ao mecanismo de inversão passivo-ativo, que acaba por transformar a mulher em objeto completamente submetido ao domínio do sujeito que age. O sujeito sai momentaneamente de seu estado de sideração e, de passivo-ateorizado, passa ao estado de monstro-dominador. O recurso ao ato, então, configura-se como descarga econômica da excitação para se alcançar o apaziguamento. Segundo o autor, “O estupro é, evidentemente, muito mais um assassinato do que um ato sexual” (Balier, 2005b, p. 169, tradução nossa).

Utilizando-nos das palavras de Balier (1996/2000):

Os abusadores sexuais se caracterizam por uma sexualização da economia defensiva vinculada a uma angústia de morte psíquica. Seu modo de funcionamento, em uma parte cindida do ego, segue o modelo de um fechamento no processo que anula o outro em sua diferença e a si mesmo em sua liberdade (...). Os objetos externos se tornam então, essencialmente, objetos de apoio a serviço da manutenção artificial de uma vida ainda psíquica, último escudo muito pouco sexualizado antes da desobjetalização (p. 206, tradução nossa).

A última defesa frente à angústia de morte psíquica envolve pobreza na capacidade de elaboração psíquica; o predomínio de violência destrutiva sobre o prazer erótico; a redução do objeto externo ao estado de coisa para anular sua existência ameaçadora; a repetição atuada como desejo de substituir a passividade pela atividade, mas que acaba com a possibilidade de representação; e a inextricável relação com a passividade originária e inescapável, que se reatualiza constantemente.

Todos esses recursos vêm fazer frente à angústia de inexistência, que se configura como força interna imperativa, que demanda um ato de violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde há alguns anos, o cursor da psicopatologia parece ter se deslocado de um polo predominantemente psíquico para um polo em que os registros da intensidade, do corpo e do ato são privilegiados. Neste sentido, as *patologias do agir* assumem lugar de destaque e evidenciam um modo de funcionamento psíquico em que os limites da representação e da simbolização encontram-se cada vez mais acossados pelo excesso pulsional mortífero que não pode ser metabolizado internamente. É neste contexto que nossa pesquisa acerca dos atos de violência sexual ocupou seu lugar.

Para sustentar nossas proposições teóricas, em primeiro lugar, procuramos pensar a etiologia traumática presente nas patologias do agir, encontrando na complexa noção de *trauma* um operador indispensável para compreender o que estaria na base do mecanismo da passagem ao ato e, em especial, nas passagens ao ato de caráter violento e sexual.

O trauma aparece de diferentes maneiras na obra freudiana, marcando sua presença desde os escritos “pré-psicanalíticos” – em especial no que concerne à etiologia traumática das psiconeuroses nos textos da década de 1890 – ressignificando-se paulatinamente com o desenvolvimento da teoria, especialmente com a introdução do conceito de narcisismo em 1914 e de pulsão de morte em 1920 na metapsicologia.

É no período posterior à publicação do “Além do princípio do prazer” – em que predomina o viés econômico – que o trauma assume lugar de destaque no pensamento freudiano, tornando-se um conceito emblemático das aporias econômicas do aparelho psíquico, indissociável do mecanismo da compulsão à repetição e da dimensão do irrepresentável da pulsão de morte.

Neste momento, a noção de trauma nos leva a pensar nas respostas atuadas, de caráter compulsivo e repetitivo, em que a convocação do corpo e a necessidade de externalização expressam a falência e precariedade dos recursos egoicos em lidar com o irrepresentável que o traumático veicula. As patologias do agir surgem nesse contexto para falar de uma cristalização deste tipo de resposta atuada.

O que buscamos, em seguida, foi estabelecer algumas especificidades dos atos de violência sexual no âmbito das patologias do agir, baseando-nos nos estudos de pesquisadores contemporâneos que põem nas falhas da constituição narcísica do sujeito o foco dos atos de violência sexual, e que compreendem esta modalidade de passagem

ao ato como um mecanismo radical precário de salvaguarda psíquica diante daquilo que não pode ser representado psiquicamente.

Diante da impossibilidade de lidar internamente com o irrepresentável, nos atos de violência sexual a realidade externa é utilizada pelo sujeito como lugar de regulação do funcionamento psíquico. Neste sentido, a vítima pode então ser compreendida como objeto externo que tem como função estancar a angústia de aniquilamento e de morte psíquica que se apresenta de forma incontrolável.

Na tentativa de dar conta dessa dimensão do irrepresentável, vê-se surgir uma via que corresponde a uma tentativa de domínio de si e do real externo, sobre o qual se projeta aquilo a que não foi possível dar um destino psíquico. Através da necessidade compulsiva do domínio da vítima, transparece a falência dos recursos internos em sua função de apaziguar o sujeito. Daí que o ato de violência sexual poderá ser descrito como compulsivo e incontrolável, como uma espécie de “jorrar” que se impõe ao sujeito.

O segundo eixo de nossa pesquisa encontrou expressão na *relação de domínio* que estaria envolvida nos atos de violência sexual. Esta noção implica em si dois sentidos complementares e inextricáveis que nos auxiliaram a pensar o que estaria em questão em nossa problemática. São eles o sentido de dominar o objeto externo pela força e o de tornar-se senhor das excitações internas – é no intuito de reverter em atividade a passividade frente ao domínio do outro interno, que o sujeito busca o domínio sobre o objeto externo.

Deste modo, o domínio só pode ser entendido como relação, no registro da intersubjetividade, em articulação com o intrapsíquico. A relação de domínio fala sempre de uma transgressão feita ao outro como sujeito desejante, remetendo a uma tendência muito arcaica do psiquismo de recusar toda diferença, e transformar o outro em objeto inteiramente assimilável.

Trabalhamos a relação de domínio a partir da problemática perversa, a qual se configura como via profícua de análise do domínio e dos atos de violência sexual. Na perversão o domínio se expressa através do exercício do poder sexual – ativo e violento – sobre o outro. Este outro acaba por ser dessubjetivado, coisificado e manipulado, para que nele se possa exercer a onipotência narcísica daquele que domina. Neste sentido, sustentamos como o engrandecimento de si e a desvalorização do outro são produtos inextricáveis da relação de domínio.

Nos atos de violência sexual a relação de domínio se insere como *violação do outro* na condição de sujeito desejante. O que é visado na relação de domínio é o desejo do outro, uma vez que este é vivido como “estranho”, posto que escapa a qualquer tomada possível. Neste caso, reconhecer o desejo do outro é estar submetido ao seu poder.

Ao analisarmos a relação de domínio através da perversão, destacou-se uma dimensão de base que é fundamental e que encontra no protótipo da *sedução materna* a sua mais primária expressão. A relação de domínio revela uma tendência fusional que acaba por destruir toda alteridade e singularidade do desejo do sujeito. No que concerne à perversão, tal tendência fusional pode adquirir contornos violentos, traumáticos, em que aparece um laço de prazer erótico entre a mãe e a criança, desenvolvido a partir de uma cumplicidade arcaica e primária num nível carnal.

A matriz traumática que se forma a partir desta relação primária com a alteridade acaba por se configurar como regente das vivências relativas ao campo da intersubjetividade, atualizando-se constantemente. Uma vez que a matriz traumática produzida no encontro primordial foi marcada pela violência, o sujeito vem a convocar o outro a ser um “duplo” na repetição de sua matriz, mas invertendo os papéis – de vítima passiva a agressor ativo.

Em continuidade a isso, no nosso terceiro eixo de análise, buscamos sustentar em um primeiro momento como as desmesuras da sedução materna funcionam como protótipo para a relação de domínio com caráter perverso. Neste sentido, pressupomos um aprisionamento do sujeito em uma relação de manipulação e coisificação com a figura materna em um primeiro momento, em que uma passividade violenta assume caráter pregnante.

Contra a reatualização constante dessa passividade, são erigidas formações defensivas arcaicas, que têm por função reverter a passividade em atividade. Nos sujeitos em questão, nos quais parece haver a radicalização violenta da sedução materna, a dimensão da inversão no oposto pode assumir papel de igual radicalidade. Diante da ameaça de passividade veiculada pelo outro, o sujeito buscaria o domínio onipotente sobre ele.

Nessas situações clínicas, a passividade originária não parece ter sido suficientemente recalcada, tendendo a permanecer enclavada no psiquismo, como marca traumática intolerável que é constantemente atualizada na relação com o outro, exigindo um destino. Nos atos de violência sexual, o que parece sobressair é justamente este

temor de passividade diante do outro, de modo que o recurso ao ato parece visar a um *penetrar para não correr o risco de ser penetrado*.

Sustentamos como o medo aterrador de ser penetrado seria um dos fundamentos essenciais dos atos de violência sexual, como tentativa egoica precária e radical de reverter em atividade uma passividade de caráter radical. A passagem ao ato de caráter sexual e violento seria, portanto, uma última tentativa do ego de sobreviver psiquicamente diante do excesso pulsional irrepresentável e mortífero que a passividade veicula.

Procuramos depreender alguns elementos que estariam na base das motivações psíquicas dos atos de violência sexual, ressaltando a importância fundamental do domínio da teoria para o manejo adequado do campo da prática. Nossos desenvolvimentos teóricos aqui visaram explorar um ponto de vista histórico-genético que pretende restituir a subjetividade a tais atos, enxergando em um *continuum* a dimensão do traumatismo e do sofrimento, os quais, sofridos passivamente no passado, podem, em determinados casos, gerar no presente o recurso ao ato violento. Nossos esforços se fizeram no sentido de (re)ligar o crime atual aos traumatismos do início da vida e aos modos de estruturação erigidos pelo sujeito para sobreviver a eles, por mais precários e radicais que sejam.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, J. *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- ASSOUN, P.-L. De l'acte chez Freud: l'équivoque métapsychologique. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 31, "Les actes", p. 145-172, 1985.
- BALIER, C. *Psicoanálisis de los comportamientos sexuales violentos: una patología del inacabamiento*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000. (Obra original publicada em 1996).
- BALIER, C. Les mouvements pervers. In: BALIER, C. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005a. p. 171-194.
- BALIER, C. Spécificité du viol. In: BALIER, C. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005b. p. 159-169.
- BALIER, C. Une psychanalyse des agirs. In: BALIER, C. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005c. p. 63-74.
- BALIER, C, CIAVALDINI, A., GIRARD-KHAYAT, M. *Rapport de recherche sur les agresseurs sexuels*. Paris: Direction Générale de la Santé, 1996. Disponível em: <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/984000637/index.shtml>>. Acesso em: 15/10/2012.
- BIRMAN, J. Dor e sofrimento num mundo sem mediação. *Estados Gerais da Psicanálise: II Encontro Mundial*, Rio de Janeiro, p. 1-7, 2003. Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5c_Birman_02230503_ort.pdf>. Acesso em: 10/02/2013.
- BIRMAN, J. Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BOKANOWSKI, T. Les enjeux de la passivité chez l'homme. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 5, tomo LXIII, p. 1571-1576, 1999.
- BOKANOWSKI, T. Traumatisme, traumatique, trauma. *Revue Française de Psychanalyse*, vol. 66, p. 745-757, 2002.
- BOKANOWSKI, T. Variations sur le concept de "traumatisme": traumatisme, traumatique, trauma. *Revue Française de Psychanalyse*, vol. 69, p. 891-905, 2005.
- BONNEVILLE, E. Effets des traumatismes relationnels precoces chez l'enfant. *La psychiatrie de l'enfant*, v. 53, p. 31-70, 2010.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 302, Seção I, p. 23911-23934, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 143, Seção I, p. 14303-14304, 26 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº. 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de

1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 151, Seção I, p. 1-2, 10 ago. 2009.

BREUER, J. & FREUD, S. Estudos sobre a histeria. In: FREUD, S. *Estudos sobre a histeria* (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 2). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obra original publicada em 1893-1895).

CARDOSO, M. R. Os destinos das mensagens “intraduzíveis”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 49, n. 4, p. 72-78, 1997.

CARDOSO, M. R. Adolescência e violência: uma questão de “fronteiras”? In: CARDOSO, M. R. (Org.). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001. p. 41-53.

CARDOSO, M. R. Sade e o poder do outro. In: CARDOSO, M. R. *Superego*. São Paulo: Escuta, 2002. p. 197-208.

CARDOSO, M. R. Violência, domínio e transgressão (2002). In: CARDOSO, M. R.; GARCIA, C. A. (Orgs.). *Entre o eu e o outro: espaços fronteiraços*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 103-11.

CARDOSO, M. R. Entrevista com Jean Laplanche. In: CARDOSO, M. R. (Org.). *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004. p. 193-207.

CARDOSO, M. R. A insistência do traumático no espaço psíquico e analítico. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XIX, n. 185, p. 7-19, 2006.

CARDOSO, M. R. & MONTEIRO, R. G. Construções e figurabilidade em análise: vias de abertura à representação? In: MARRACCINI, E. M. (et al.). *Limites de Eros*. São Paulo: Primavera Editorial, 2012. p. 137-155.

CASTILHOS, W. O fenômeno global do estupro. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS-UERJ). 2013. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=10553>>. Acesso em: 27/12/2013.

CHAGNON, J.-Y. À propos des aménagements narcissico-pervers chez certains auteurs d’agressions sexuelles. Étude de deux protocoles de Rorschach. *Psychologie clinique et projective*, n. 10, p. 147-186, 2004.

CHAGNON, J.-Y. Hyper-actifs ou hypo-passifs? Hyperactivité infantile, agressions sexuelles à l’adolescence et nouveau malaise dans la civilisation. *La psychiatrie de l’enfant*, v. 48, p. 31-88, 2005.

CHAGNON, J.-Y. Les agressions sexuelles: un aménagement des troubles narcissiques-identitaires. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 495-515, 2008a.

CHAGNON, J.-Y. Distúrbios de comportamento, narcisismo fálico e luta contra a passividade na adolescência. In: CARDOSO, M. R. & MARTY, F. (org.). *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008b. p. 121-138.

CHAGNON, J.-Y. A agressão sexual na adolescência: um destino da hiperatividade? Rio de Janeiro: *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*. IP-UFRJ., v. XII, n. 21, p. 275-290, 2009.

CIAVALDINI, A. Passivation et mobilisation des affects dans la pratique analytique avec le délinquant sexuel. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 5, tomo LXIII, p. 1775-1783, 1999.

CIAVALDINI, A. La famille de l'agresseur sexuel: conditions du suivi thérapeutique en cas d'obligation de soins. *Le divan familial*, n. 6, p. 25-34, 2001.

CIAVALDINI, A. L'agir violent sexuel. In: CHABERT, C. et coll (Orgs.). *Actes et dépendances*. Paris: Dunod, 2006. p. 111-169.

COSTA, J. F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (Org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988. Disponível em: <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/narcisismo.html>. Acesso em: 22/07/2010.

COURAUD, S. L'acte criminel à l'adolescence. In: MARTY, F. (Org.). *L'illégitime violence: la violence et son dépassement à l'adolescence*. Ramon-ville Saint-Agne: Editions Érès, 1997. p. 111-128.

CROMBERG, R. U. Violência, pedofilia, incesto: o mal-estar na atualidade. In: FRANÇA, C. P. *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p. 25-38.

DOREY, R. La relation d'emprise. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 24, "L'emprise", p. 117-139, 1981.

DOREY, R. Problemática obsessiva e problemática perversa. Parentesco e divergências. In: BRUSSET, B. & COUVREUR, C. (Orgs.). *A neurose obsessiva*. São Paulo: Escuta, 2003, p. 115- 140.

DOSSIÊ MULHER 2013 / Instituto de Segurança Pública; Organizadores: Paulo Augusto Souza Teixeira, Andréia Soares Pinto e Orlinda Claudia R. Moraes. – Rio de Janeiro: Riosegurança, 2013. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=300>>. Acesso em: 27/12/2013.

DREYFUS, S. Freud, le trauma: culpabilité et détresse. In: BRETTE, F.; EMMANUELLI, M.; PRAGIER, G. (Orgs.). *Le traumatisme psychique: organisation et désorganisation (Monographies de Psychanalyse de la Revue Française de Psychanalyse)*. Paris: PUF, 2005, p. 11-26.

EDROSA, M. Aux confins de l'originaire, sur l'autel des sacrifices: genèse de l'"inhumanité psychique". In: BALIER, C. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005, p. 199-250.

ENRIQUEZ, M. Du corps en souffrance au corps de souffrance. In: ENRIQUEZ, M. *Aux carrefours de la haine: paranoïa, masochisme et apathie*. Paris: Épi, 1984, p. 175-198.

ESTEFAM, A. *Crimes Sexuais – Comentários à Lei 12.015/2009*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FÉDÉRATION FRANÇAISE DE PSYCHIATRIE. *Conférence de consensus. Psychopathologie et traitements actuels des auteurs d'agression sexuelle*. Paris: John Libbey Eurotext, 2001.

FERENCZI, S. Confusão de línguas entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. In: FERENCZI, S. *Obras completas – Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-106. (Trabalho original publicado em 1933).

FERRAZ, F. C. *Perversão*. 5ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. (Obra original publicada em 2000).

- FERRAZ, F. C. A erotização do ódio na perversão. Resenha de Robert J. Stoller, *Perversion: the erotic form of hatred*, London, Karnax Books, 1986, 240 p. (edição Americana original de 1975). *Percurso*, n. 26, p. 121-124, 2001.
- FRANÇA, C. P. Emanações da caixa de Pandora. In: FRANÇA, C. P. (Org.). *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. Rio de Janeiro: Imago, 2010, p. 39-48.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, S. *Extratos dos documentos enviados a Fliess*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 333-454. (Trabalho escrito em 1895 e publicado originalmente em 1950).
- FREUD, S. Carta 69. In: FREUD, S. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 309-311 (Texto escrito em 1897 e publicado originalmente em 1950).
- FREUD, S. A etiologia da histeria. In: FREUD, S. *Primeiras publicações psicanalíticas*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 185-215. (Trabalho original publicado em 1896).
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1ª parte). (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 4). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obra original publicada em 1900).
- FREUD, S. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 6). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obra original publicada em 1901).
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 117-231. (Trabalho original publicado em 1905).
- FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças. In: FREUD, S. *“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 187-204. (Trabalho original publicado em 1908).
- FREUD, S. Fetichismo. In: FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 149-160. (Trabalho original publicado em 1927).
- FREUD, S. Análise terminável e interminável. In: FREUD, S. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 223-270. (Trabalho original publicado em 1937).
- FREUD, S. Moisés e o monoteísmo. In: FREUD, S. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13-150. (Trabalho original escrito em 1934-1938 e publicado em 1939).

- FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In: FREUD, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. (Obras completas, Vol. 10). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 108-121. (Trabalho original publicado em 1911).
- FREUD, S. A predisposição à neurose obsessiva. In: FREUD, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. (Obras completas, Vol. 10). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 324-337. (Trabalho original publicado em 1913).
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. (Obras completas, Vol. 10). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 193-209. (Trabalho original publicado em 1914).
- FREUD, S. Totem e tabu. In: FREUD, S. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. (Obras completas, Vol. 11). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 13-244. (Trabalho original publicado em 1912-13).
- FREUD, S. Os instintos e seus destinos. In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (Obras completas, Vol. 12). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 51-81. (Trabalho original publicado em 1915).
- FREUD, S. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”). In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 13-160. (Trabalho original escrito em 1914 e publicado em 1918).
- FREUD, S. “Batem numa criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 293-327. (Trabalho original escrito em 1919a).
- FREUD, S. O inquietante. In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 328-376. (Trabalho original escrito em 1919b).
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 161-239. (Trabalho original publicado em 1920).
- FREUD, S. A negação. In: FREUD, S. *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos*. (Obras completas, Vol. 16). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2012, p. 275-282. (Trabalho original publicado em 1925).

- GREEN, A. Pasiones y destinos de las pasiones: sobre las relaciones entre locura y psicosis. In: *De locuras privadas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008, p. 217-268. (Trabalho original publicado em 1972).
- GREEN, A. A mãe morta. In: GREEN, A. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988. p. 247-282. (Trabalho original publicado em 1980).
- GREEN, A. Passivité-passivation: jouissance et détresse. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 5, tomo LXIII, p. 1587-1600, 1999.
- GUILLAUMIN, J. Le traumatisme et l'expérience des limites dans l'analyse. In: GUILLAUMIN, J. *Quinze études psychanalytiques sur le temps*. Paris: Privat, 1982. p. 125-148.
- HOUSIER, F. A linguagem do ato na adolescência: o delito, entre o recolhimento narcísico e a busca do objeto. In: CARDOSO, M. R. & MARTY, F. (Orgs.). *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 107-119.
- JANIN, C. La réalité et son objet: propositions théoriques. *TRANS*, Montreal, v. 6, "La relation d'objet", p. 147-172, 1995.
- JEAMMET, P. Comportements violents et psychopathology de l'adolescence. In: MARTY, F. (Org.). *L'illégitime violence: la violence et son dépassement à l'adolescence*. Ramon-ville Saint-Agne: Editions Érès, 1997. p. 33-46.
- JEAMMET, P. Le passage à l'acte. *Imaginaire & Inconscient*, n. 16, p. 57-63, 2005.
- JEAMMET, P. & CORCOS, M. Novas problemáticas da adolescência: evolução e manejo da dependência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Trabalho original publicado em 2001).
- LAPLANCHE, J. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- LAPLANCHE, J. À partir de la situation anthropologique fondamentale. In: *Sexual: la sexualité élargie au sens freudien (2000-2006)*. Paris: Quadrige/PUF, 2007. p. 95-108. (Trabalho original publicado em 2002).
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Obra original publicada em 1982).
- LATTANZIO, F. F. A violência masculina como uma resposta estereotipada frente à fragilidade identificatória. In: BELO, F. R. R. (et al.). *Anais do III Congresso Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura: responsabilidade e resposta*. Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos, 2011. (s.p.).
- LEJARRAGA, A. L. *O trauma e seus destinos*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.
- LEMAITRE, V. Les presupposes du concept de recours à l'acte: confrontation avec les donnés de la clinique périnatale. In: BALIER, C. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005. p. 23-59.
- MAIA, M. S. *Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MARTINS, A. Uma violência silenciosa: considerações sobre a perversão narcísica. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 22, p. 37-56, 2009.
- MORAES, E. G. & MACEDO, M. M. K. *Vivência de indiferença: do trauma ao atodór*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

- NEAU, F. L'apport des épreuves projectives à la clinique des agirs violents. In: BALIER, C. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005a. p. 253-295.
- NEAU, F. Masculin maniaque?. *Psychologie clinique et projective*, n. 11, p. 35-78, 2005b.
- RIBEIRO, P. C. Sedução generalizada e primazia do sexual. *Percurso*, n. 16, p. 49-57, 1996.
- RIBEIRO, P. C. Stanley Kubrick se matou: o que se pode ver de olhos bem fechados. *Percurso*, São Paulo, n. 30, p. 13-24, 2003.
- RIBEIRO, P. C. Gênero e identificação feminina primária. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 18, p. 238-256, dez. 2005.
- RIBEIRO, P. C. & CARVALHO, M. T. M. "Tá tudo dominado!" Adolescência e violência originária. In: CARDOSO, M. R. (Org.). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU, 2001, p. 55-67.
- ROUSSILLON, R. *Paradojas y situaciones fronterizas del psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995. (Obra original publicada em 1991).
- RUDGE, A. M. *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SACEANU, P. *O estranho e seus destinos*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, L. G. *O conceito de repetição em Freud*. São Paulo: Escuta, 2002.
- SMIRNOFF, V. N. Pouvoir sexuel. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 8, "Pouvoirs", p. 179-194, 1973.
- UCHITEL, M. *Neurose traumática*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- ZAGURY, D. Les serial killers sont-ils des tueurs sadiques?. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 66, n. 4, p. 1195-1213, 2002.